



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Arqueologia Preventiva: Modelos e Perspectivas ao serviço da
Memória Cultural

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Estudos de Cultura – Culturas
Europeias

Por

Isabel Maria da Silva Gonçalves Ricardo

Faculdade de Ciências Humanas

Abril de 2012

Resumo:

Nesta dissertação que apresentamos de forma sucinta a importância que a arqueologia tem enquanto actividade que garante o resgate da memória no tempo. Na sua condição de campo de investigação científica, a arqueologia situa o homem no espaço e no tempo a partir da recuperação da sua cultura material.

É nos mecanismos criados para proteger o património arqueológico que a arqueologia preventiva se situa, sem esta área de intervenção, sustentada em boas práticas e políticas eficazes o património arqueológico corre o risco de desaparecer sem deixar rasto.

Abstract:

The dissertation presents, in a succinct way, the significance of archaeology as an activity that rescues memory in time. After getting its cultural material, archaeology – as a field of scientific research – places people in space and time.

Preventive archaeology is anchored in mechanisms to protect the archaeological heritage. Grounded in good practices and effective policies, this field of practice prevents the risk that archaeological heritage vanishes.

Índice

Introdução	3
1- Arqueologia como construtora de Memória	7
1.1- O objecto como princípio mnemónico	9
1.2- Memória colectiva, um bem partilhado	13
1.3- O Museu como lugar de mediação entre o passado e o presente	17
1.3.1- Nascimento e génese do museu	18
1.3.2 – Representação do Espaço e o seu público	21
1.4 – <i>Loci memoriae</i> na arqueologia	23
2- O Panorama Arqueológico Nacional	27
2.1- Desenvolvimento e afirmação da arqueologia no séc. XIX e XX .	28
2.2 - A plenitude da profissão do arqueólogo no séc. XIX e XX	39
2.2.1- Os arqueólogos do “Estado”	39
2.2.2 - A arqueologia de investigação	41
2.2.3 - A arqueologia contratual ou empresarial	43
3- Arqueologia Preventiva: modelo ou modelos de prática arqueológica?	45
3.1- O que é a Arqueologia Preventiva	46
3.2- Arqueologia Urbana	49
3.3.- Arqueologia em Meio Rural	50
3.4 Património Arqueológico o seu valor e uso	53
Conclusão	56
Bibliografia	58

Introdução

No dia em que uma estátua é acabada, começa, de certo modo, a sua vida. Fechou-se a primeira fase em que, pela mão do escultor, ela passou do bloco a forma humana; numa outra fase, ao correr dos séculos, irão alternar-se a adoração, a admiração, o amor, o desprezo ou a indiferença, em graus sucessivos de erosão e desgaste, até chegar, pouco a pouco, ao estado de mineral informe a que o seu escultor a tinha arrancado.

Marguerite Yourcenar *in*
O Tempo esse grande escultor

Podemos afirmar que os últimos dez anos, foram essenciais para a consolidação da arqueologia em Portugal, mais do que como disciplina geradora de conhecimentos, a arqueologia transformou-se numa área de intervenção essencial ao ordenamento do território.

Do lugar cimeiro dedicado exclusivamente à investigação emanada das universidades, a arqueologia consolidou-se na área das ciências humanas como um serviço de cariz fortemente empresarial vocacionado para acompanhar os grandes projectos estruturais do país.

A grande mudança deu-se com a criação do Instituto Português de Arqueologia no ano de 1997 e posteriormente com a concretização do Regulamento do Trabalhos Arqueológicos ferramenta de trabalho absolutamente revolucionária na forma como até aí se havia desenvolvido a arqueologia

Concomitantemente Portugal entra numa fase de grandes projectos, obra de grande dimensão como o foram o projecto da Barragem do Alqueva, instalação do Gás Natural os estudos de Impacto Ambiental para o Aeroporto, TGV, etc.

Embora pudéssemos carrear para a avaliação do processo de minimização de impactes patrimoniais do Alqueva muitos outros números (investimento global efectuado, número de intervenientes técnicos no processo, quantidade de relatórios produzidos, espólio recolhido, etc, etc...) julgamos que a avaliação definitiva deverá ser essencialmente qualitativa e só poderá ser feita com total

propriedade quando for dado por encerrado o processo. Isto é, quando a gigantesca massa de dados arqueológicos recolhidos no terreno houver sido transformada em conhecimentos e posta ao serviço do desenvolvimento científico e cultural da sociedade (2ª fase do processo de minimização já em marcha...). Uma coisa, no entanto poderá desde já adiantar-se, sem grande margem de erro. Nunca no âmbito de qualquer tipo de programa de investigação ou minimização de impactes, foi possível estudar arqueologicamente, de forma tão alargada, tão generalizada e tão sistemática, uma determinada porção (não tão pequena quanto isso) do território português. (Silva, 2002:62)

Assumimos desde o início do nosso projecto o papel primordial que a arqueologia tem na construção da memória colectiva, por esse motivo, entendemos que o primeiro capítulo teria de ser dedicado exclusivamente à ponte entre os estudos de cultura e a arqueologia. O arqueólogo pode estar numa obra, mas ele é sempre um investigador científico que resgata a memória no tempo.

Apesar de o discurso arqueológico não ter, senão minimamente, uma estrutura narrativa, o arqueólogo não ignora que, de um comportamento, numa época, a outro comportamento, na seguinte, existe, um processo, um encadeamento, que não é mera sequência ou sucessão de factos desligados. O arqueólogo também se refere a algo que teve principio, vigência e fim, porque os comportamentos estruturados, por muito lenta que seja a sua evolução, também se transformam. Deste modo, o discurso do arqueólogo é uma escrita do Tempo, que tem como último referente a historicidade radical do homem. (Alarcão, 2000: 9)

Intérprete da cultura material, é ao arqueólogo que cabe a elucidação do tempo, analisando minuciosamente cada estrato de terra. A sua interpretação a partir da dicotomia estrato/objecto contribui para enriquecer a cultura colectiva, situando o homem no espaço e no tempo.

Ao transportar essa informação para outras áreas de conhecimento, era importante encontrar zonas de contacto onde esse diálogo de transmissão de informação ocorresse, esse ponto de contacto realizasse nos museus e nos *Loci Memoriae*

Mas para que a análise e interpretação arqueológica ocorra é necessário que a conservação da fonte arqueológica não seja danificada, ou seja, é importante que existam políticas de protecção do património arqueológico que garantam que os “arquivos da terra” se conservem para memória futura.

Um dos princípios básicos da arqueologia é a consciencialização da finitude dos sítios arqueológicos, cada arqueosítio é único e insubstituível. A única forma de ler o passado é através da análise arqueológica, cujo processo de escavação pressupõe uma destruição em si mesma, mas obedecendo a critérios científicos.

Considerámos portanto, que era importante definir um capítulo exclusivamente sobre a evolução da arqueologia em Portugal, ao longo do qual rapidamente constatamos como o último decénio foi fracturante no que respeitou ao desenvolvimento arqueológico, colocando Portugal ao nível dos seus pares europeus.

O arqueólogo havia entrado finalmente na sua plenitude profissional, podia ser investigador, empresário ou simplesmente funcionário do Estado. Sem que, por isso, perdesse em qualquer circunstância a génese da arqueologia, ou seja, a investigação por excelência.

Continuando na nossa lógica de raciocínio, em primeiro a lugar a construção da memória, em segundo a legislação e organização que permitem que esse momento se desenvolva de investigação e por fim a prática do exercício científico.

Por isso dedicamos exclusivamente o capítulo 3 à nossa área de intervenção, a arqueologia preventiva. É frequente ouvirmos falar de arqueologia da paisagem, arqueologia do território, arqueologia de salvamento, etc., no fundo todas elas constituem o corpo da arqueologia preventiva

É certo que a "Arqueologia de Salvamento" – hoje também chamada "preventiva" – é uma vertente da actividade arqueológica de campo ainda relativamente jovem, fortemente condicionada pelas grandes transformações materiais do território e da paisagem decorrentes da aceleração do desenvolvimento socio-económico das últimas décadas do séc. XX. Começou a ganhar relevância a partir dos anos de 1970, em especial nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, no contexto da progressiva introdução da prática da avaliação dos impactes ambientais das grandes obras públicas. A Portugal, porém, chegaria com quase 20 anos de atraso (Silva, 2003:66)

Era importante definir o conceito de arqueologia preventiva, perceber que o seu campo de acção é o salvamento do património arqueológico, é preventiva porque é o último recurso para se proceder ao salvamento pelo registo.

Por esse motivo se distingue dum projecto científico, planeado a longo prazo com intervenções concertadas anualmente em função da questão que o investigador previamente coloca.

Na arqueologia preventiva não existe esse espaço, o processo de escavação é decidido em função da intervenção que vai ser feita. A este nível falamos naturalmente de duas dimensões, a arqueologia urbana e a arqueologia em meio rural, ambas desenvolvem um papel de esteios na construção da arqueologia preventiva.

Por esse motivo falamos no plural em modelos, porque Arqueologia Preventiva é exactamente a súpula de vários modelos. Onde ainda tem espaço para cumprir com uma das principais missões colocadas ao investigadores, a da divulgação da informação.

“Antes de mais, a “Arqueologia” é uma disciplina científica, integrada no campo das ciências sociais - que poderíamos por sua vez subdividir em múltiplas especialidades disciplina que, pela natureza material do “objecto” com que lida, interage com muitas outras, nomeadamente as das “ciências da natureza”. Mas, tendo em conta a territorialização das materialidades que estuda, permanentemente ameaçadas e alteradas pela acelerada transformação do território, a “Arqueologia” aparece também como uma actividade preventiva, um serviço público de salvaguarda tendo em vista a protecção, conservação ou o registo documental do seu próprio “objecto” de estudo”. (Silva, 2003:9).

1. Arqueologia como construtora de Memória

Quando falamos de Arqueologia inevitavelmente ocorrem-nos lugares comuns, quer sejam imagens estereotipadas a partir dos grandes sucessos de Hollywood, como por exemplo, Indiana Jones, Cleópatra ou mais recentemente o Gladiador, ou imagens construídas a partir das primeiras lições da disciplina de História, como são os casos dos Templos da Grécia e da Roma Antiga, ou as pirâmides do Egipto, ou ainda o misterioso conjunto megalítico de Stonehenge. Nesta construção do imaginário arqueológico, também constituem um forte contributo as notícias veiculadas pela comunicação social, como foram o caso das Gravuras de Foz Côa.

A idealização do mundo arqueológico remete-nos sempre para um espaço de aventura e de descoberta, onde têm lugar investigadores particularmente estranhos que se dedicam ao estudo minucioso e paciente de fragmentos de cerâmica ou de minúsculas lascas de pedra, a partir das quais tiram conclusões surpreendentes.

Ao partirmos para um espaço de referências idealizadas, viajamos naturalmente pela memória. Reminiscências construídas a partir de informações recebidas que pertencem ao mundo do fascínio e da descoberta. Efectivamente a Arqueologia vive da memória, não a que nos remete para horizontes fascinantes e por descobrir, mas a memória construída a partir de evidências e artefactos que permitem ao arqueólogo conceber teorias sustentadas sobre a passagem do homem na terra.

Ao contrário do animal, que de si só deixa passos, o homem deixa coisas, por detrás das quais ele se suspeita ou se perfila. O mundo dos objectos é, assim, um mundo de cultura, um mundo de coisas que o homem pensou, fez e de que se serviu (Alarcão, 2000:15)

Consideramos, portanto, que num primeiro nível de importância temos os objectos, produzidos pelas mais variadas necessidades do quotidiano do homem, e que estão na base da construção da *Cultura Material* (Trigger, 2004:158), postulado a partir do qual a disciplina da arqueologia se desenvolve.

A Arqueologia constitui, uma das muitas áreas de conhecimento que vivem da memória como base de trabalho e, que em simultâneo é em si mesma uma construtora de

memórias. Para elaborar um trabalho mais correcto, não pode viver isoladamente das outras disciplinas que alicerçam a ciência, antes pelo contrário, é um corpo de conhecimentos que contribui para um estudo pluridisciplinar.

Neste sentido encontramos num segundo nível de importância, os *Estudos de Cultura*, que constituem uma área diversificada e rica onde cabem as mais diferentes temáticas de estudo, a arqueologia reforça e consolida os conhecimentos partindo do contributo da Cultura Material.

The meanings of objects has been the subject of body of research, usually called material culture theory, which reaches back immediately to the 1960s and beyond that to the pioneers of archaeology (largely) in the mid- and later nineteenth century. Collection studies is a new field, which has found a place in the broader scope of cultural studies only in the course of the last decade or so, although of course individual collections and collectors have been the subjects of a huge range of publications, mostly directed either at discipline or at biographical perspectives. (Pearce, 1994:2)

A arqueologia é *ciência das coisas* (Alarcão, 2000: 16), a sua origem começa no coleccionismo, demarca-se como ciência no momento em que o objecto começa a ser visto como matéria que serviu noutra período cronológico e representam esse mundo longínquo, provavelmente perdido.

Mas individualmente os artefactos pouco nos dizem, têm de ser integrados nas sociedades que os produziram, as relações estabelecidas entre os diversos grupos tem de ser devidamente interpretados.

A Arqueologia, *ciência das coisas*, é também ciência dos homens; de homens sem rosto e sem nome, de homens mais ou menos conhecidos e visitados em globalidade; a Arqueologia é ciência das sociedades.

O outro com quem convivo, conheço-o através da palavra e do gesto; os homens e as sociedades que nos deixaram escritos conhecem-se através desses mesmos escritos; mas os homens para trás da escrita, só do exterior podemos conhecê-los, através dos objectos que nos deixaram (Alarcão, 2000:17 ,18)

A interpretação em arqueologia procede à ultrapassagem da simples observação da peça que temos à nossa frente, para a sua análise mais profunda, respondendo à questão: o que é isto? Definindo a sua utilidade ou funcionalidade, parte para a construção de uma nova teoria, de um novo conhecimento com base no ser da coisa (Alarcão, 2000: 59)

Podemos, assim dizer, que interpretar é sempre desvendar o ser da coisa. Pode descobrir-se que o objecto é um objecto útil, e então o desvendamento do ser coincide com a identificação da sua função prática: mas se descobrirmos que o objecto é um signo, temos de prolongar a análise pelo exame do seu significado. Ora esta pesquisa de significado conduz-nos ao domínio das relações sociais, dos sentimentos e das ideias colectivas (Alarcão, 2000:59)

A interpretação das relações sociais e humanas estabelecidas num passado longínquo, constituem o grande contributo para os estudos de memória e para a constituição da Cultura Colectiva. O museu surge neste contexto, como o local por excelência, de convergência entre as várias ciências históricas, entre as quais a arqueologia, onde o encontro do passado e do presente se cruzam. Nos diferentes museus nós apreendemos o que foi o comportamento de comunidades e conhecemos as suas diferentes relações sociais, familiares e religiosas.

Por esse motivo, consideramos que os museus constituem um terceiro nível de importância, fundamental no caminho que estamos a percorrer para compreender as várias etapas na construção da memória arqueológica.

Num quarto nível, igualmente fundamental e a partir do qual se fecha o percurso, estão os lugares de memória, cuja presença ficou testemunhada apenas através dos arquivos da terra.

A arqueologia contribui ainda com uma outra fonte importante para os estudos de memória ao delimitar lugares de memória quase imperceptíveis para o comum cidadão. Os sítios arqueológicos, são verdadeiros lugares de memória, onde paulatinamente por acção do método arqueológico, vão surgindo à luz do dia novos espaços de encontro entre o presente e o passado.

1.1 – O objecto como princípio mnemónico.

É digna e útil a recuperação dos objectos e das suas relações espaciais primitivas, porque o homem não pode viver senão situado num espaço que os objectos preenchem, ou melhor, que os objectos definem (pois o espaço não é

um vazio a preencher com objectos, mas antes a teia de relações que o homem tem com as coisas de que se serve.

O homem, sem outros homens, é uma solidão: mas o homem sem objectos, não é apenas um pobre; é uma angústia, por falta de situação. (Alarcão, 2000:18).

Partindo das palavras de Jorge de Alarcão iniciamos o nosso percurso sobre a análise da importância do objecto como testemunho da acção do homem e portanto, como criador de memória, no caso específico da arqueologia, surge-nos como o elemento sobre o qual se edifica a ponte para o passado.

Inicialmente para o arqueólogo o que chamou o interesse do objecto foi a sua forma. Confinado a tabelas de classificação, a investigação limitava-se ao interesse da forma e da produção dos testemunhos encontrados. Os artefactos eram considerados produtos técnicos, valiam individualmente, pelo que representavam (Hernandéz, 2003 :44).

The term “artefact” means “made by art or skill” and so takes a narrow view of what constitutes material objects, concentrating upon that part of their nature which involves the application of human technology to the natural world, a process which plays a part in the creation of many, but by no means all, material pieces. Because it is linked with practical skills, and so with words like “artisan”, “artefact” is a socially low-value term, and one which is correspondingly applied to material deemed to be humble, like ordinary tables and chairs, rather than paintings and sculptures.(Pearce,1994: 11)

Actualmente a arqueologia pesa com idêntico valor as tipologias e o contexto social no qual o objecto se insere, ou seja a cultura material tem de ser interpretada à luz das relações sociais das quais surge. Todos os contextos são importantes, nomeadamente o meio natural no qual se inscreve, sobretudo se tivermos em conta, que todas as acções de mudança na natureza não são mais do que mudanças desencadeadas pelo comportamento cultural das sociedades.

A arqueologia não é apenas descoberta, interpretação e classificação dos objectos de que o homem se serviu; o homem viveu num espaço organizado, espaço que é uma combinação dinâmica, e por isso mesmo instável, de elementos físicos e de factores culturais: tecnologia, divisão social do trabalho, estruturas sócio -económicas e sócio -políticas, ideologia, condicionam essa organização, sendo função da Arqueologia reconstituir o espaço, explicá-lo, acompanhá-lo na sua constante evolução. (Alarcão:2000;22)

O arqueólogo fala de pessoas plural, fala de comunidades e de acontecimentos, os quais reconstitui, não a partir de documentos escritos, mas de vestígios materiais. Os quais tem de ser lidos no seu contexto, como se de um texto se tratasse. Neste processo de descodificação e interpretação, o arqueólogo cria tipologias para ajudar no seu exercício de compreensão do passado.

Estas tipologias apresentadas para os materiais de cerâmica, produzem-se a partir dos 5 elementos que caracterizam o objecto, a constituição das pastas, a sua cor, a consistência, isto é, a sua matéria, a dimensão, a forma, a função, e o estilo (Adams,1991: 30). Existem outros objectos, ou artefactos igualmente importantes, que podem ser de outra matéria, como o osso, o vidro, os metais, etc, que são igualmente importantes no estudo arqueológico.

Portanto, o arqueólogo parte para a caracterização física do objecto, descrevendo-o ao pormenor, analisa de igual forma as propriedades funcionais no que respeita ao seu uso e, integra-o nas redes sociais a que pertenceu. Equacionando ainda outros dois factores de grande relevância, o significado que ele teve no campo dos sentidos e o valor que lhe foi atribuído no seu tempo (Hernández, 2003: 45)

As tipologias permitem ao arqueólogo raciocinar de forma mais clara, reduzindo a multiplicidade à unidade (Alarcão:2000, 67). Em cada escavação arqueológica podem sair milhares de fragmentos de cerâmica, osso, vidro, metal a criação de tabelas tipológicas, permitem ao investigador reduzir a números representativos e demonstrativos os resultados das escavações. Desta forma, selecciona artefactos expressivos para cada tipo, descrevendo-os e ilustrando-os de acordo com a representação necessária. A partir deste momento, pode o arqueólogo partir para outros estudos baseados na comparação, elaborar estatísticas, propor cronologias (Alarcão, idem)

A formulação de tipologias não é mais do que a representação da cultura material, partindo da multiplicidade para o concreto.

“A arqueologia começa por ser um estudo da forma e da função dos artefactos. Ora cada artefacto é diferente de outro artefacto. Desde que a arqueologia se

constitui como ciência, definiu como um dos objectivos a constituição de tipologias, isto é, a redução da multiplicidade dos indivíduos à unidade de determinadas formas, chamadas tipos, que os fabricantes tinham em mente quando produziam os objectos individuais, ainda que não conseguissem fazer dois exactamente iguais. A redução da multiplicidade dos objectos à unidade dos tipos é condição necessária de outros trabalhos, como a definição de culturas e das respectivas relações, a elaboração de estatísticas, a identificação de origens e a determinação de cronologias. (Alarcão,1996:19)

No processo de investigação arqueológico a análise dos objectos tem por base duas classes muito importantes, os *tipos* que acabámos de descrever, sendo a outra classe constituída pelas *culturas* (Alarcão, 2000:65).

O arqueólogo constata posteriormente que os vários *tipos* surgem associados num mesmo espaço geográfico, assim como, se pode verificar que no mesmo espaço ocorrem tipologias muito diversificadas, no entanto em períodos diferentes. Destas constatações resulta a construção e definição de novas culturas.

A cultura é, para o arqueólogo, um conjunto de tipos que, entre determinadas balizas cronológicas e em específicas áreas geográficas, se encontram regularmente associados (CHILDE, 1961:17 e 20 e CHILDE, 1969:140)(Alarcão, 2000)

A cultura compõe-se da súpula de várias informações, equacionamos à cultura material, os dados fornecidos pelos sistemas sociais. Nesta dinâmica, incluímos novos valores a partir do objecto, que pode ter simplesmente um valor simbólico, a nível social, actuando no plano das relações entre os homens, ou a nível religioso, entre os homens e o sagrado.

A comunicação entre o passado e o presente, ou seja, entre o visível e o invisível, realiza-se através da observação desse artefacto, testemunho directo do que deixou de existir, que assim, se transformam em intermediários entre os que os olham e o mundo que representam (Krzystof,1989:66)

Por isso, a sua representação pode ter diferentes níveis de valor, todos igualmente importantes para a construção da cultura colectiva, o valor mais importante foi amplamente desenvolvido anteriormente, referimo-nos ao carácter informativo que o objecto arqueológico concerne. Qualquer objecto teve ou mantêm ainda, um valor

económico, os motivos que levaram à sua produção deveram-se sobretudo a necessidades de cunho utilitário e, portanto, exigem para a sua aquisição que se proceda a uma troca comercial. Esse valor económico, pode eventualmente sair valorizado com a passagem do tempo (Ballart,1997:64).

Os outros dois valores que são importantes referir são naturalmente o valor estético, no qual tem por base essencialmente o gosto dominante de um determinado grupo, valendo os factores psicológicos e as tradições artísticas de uma determinada sociedade. Por último temos o que Josep Ballart denominou de valor associativo, ou seja, os valores culturais e tradicionais que determinado grupo social atribui a um objecto que simboliza essa representação do grupo com o passado.

Hay también un contexto de atribución de valor de valor determinado por el tipo de conocimiento tradicional y fundamentalmente por el imaginario colectivo, asociado a tradiciones orales y escritas y a determinadas elaboraciones mitológicas. Y también por el hecho de reconocer en los objetos del pasado el carácter de legítimos documentos de la historia que expresan cosas sobre las personas que los crearon y utilizaron. De este contexto nace un valor asociativo (Ballart,1997: 64)

A arqueologia a partir da análise dos seus testemunhos de eleição, os artefactos e as estruturas, reconstitui a história passada, compreendendo os acontecimentos que nos precederam e que constituem a base da memória que nos liga como grupo. Ao Participa de forma activa para a memória colectiva e, por isso, a preservação dos seus testemunhos é essencial para qualquer sociedade que queira compreender de onde vêm e para onde vai.

1.2 – Memória colectiva, um bem partilhado

As mais diversas questões sobre memória têm sido objecto de estudo nas últimas décadas, neste sentido ocorrem várias disciplinas, transformando o tema em causa num vasto campo interdisciplinar para o qual contribuem diversas áreas, como são o caso da história, sociologia, arte, literatura, filosofia, teologia, psicologia, neurociências, e naturalmente a arqueologia. (Erl; 2008: 1)

Como tal, podemos afirmar que a área dos estudos de memória, é um projecto transdisciplinar em curso, no qual os diversos domínios contribuem com os seus modelos e perspectivas, resultando num tema multidisciplinar (Erll,2008:3)

A arqueologia, um dos muitos sectores de investigação, como já verificamos anteriormente, que contribui de forma extraordinária para a construção da memória colectiva ou memória das sociedades se preferirmos, a partir da cultura material, proporciona pontes de ligação com o tempo transacto.

Archaeology is an institution of cultural memory that retrieves lost objects and defunct information from a distant past forging an important return path from cultural forgetting to cultural memory (Assmann,2008:98)

A própria memória tem a sua história, contada a partir da mitologia clássica, Memória, foi a mãe das Musas, incluindo Clio a Musa da História (Olick, 2011:6). E a história construída pelos povos, pelas nações-estado, é o testemunho que passa de geração em geração e que é responsável pela criação do sentimento de agregação ou consciência de união num grupo construindo a sua autobiografia (Assmann,2008:101)

Memory as a study of collective mentality provides a comprehensive view of culture and society that is so often missing in the history of memory whose fragmentary tendency is to focus on distinct memories. The history of mentality attempted, in theory if not in practice, to outline the mental horizons of society as a whole, to link elite and popular culture, state indoctrination and habits of mind within a single culture world. (Confino, 2008: 81)

Das primeiras ideias que associamos à ideia de memória, lembramo-la como uma faculdade individual, é a nossa capacidade cognitiva de construção de recordação, seja uma memória de acontecimentos da nossa infância, seja uma memória construída a partir de informação transmitida por terceiros, por exemplo os nossos avós, responsáveis pela transmissão da tradição oral familiar. Ou ainda a nossa capacidade inata de aprendizagem, que produz inconscientemente a ideia do simples acto de aprendido, por exemplo, quando falamos uns com os outros.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas.

Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria [cf. Meudlers, Brion e Lieury 1971; Florès 1972]

Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social [cf. Morin e Piattelli Palmarini 1974]

A noção de aprendizagem, importante na fase de aquisição da memória desperta o interesse pelos diversos sistemas de educação da memória que existiram nas diversas sociedades e em diferentes épocas: as memotécnicas (Le Goff, 1984: 11)

Como vimos os estudos de memória, são ricos e complexos em temas que se complementam para a conhecer. O conceito de Memória Colectiva, actualmente mais divulgado e aceite como Memória Cultural, teve o seu fundador no grande sociólogo Maurice Halbwachs (Halbwachs, 1997). O seu seminal trabalho de 1925 “Les cadres sociaux de la mémoire”, foi determinante para fundar um novo campo de estudos na área da memória e das mentalidades (Confino: 2008; 77)

Fugindo da História das Mentalidades, ainda que bebendo conceitos noutras matérias como a história e a antropologia, Halbwachs concentra-se na memória colectiva numa perspectiva das sociedades, nos vários grupos que criam identidades colectivas limitados dentro de um espaço e de um tempo.

A memória colectiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas.

A sociologia representou um estímulo para explorar este novo conceito, assim como para o conceito do tempo. Em 1950 Maurice Halbwachs publicou o seu livro sobre as memórias colectivas. A psicologia social, na medida em que esta memória está ligada aos comportamentos, às mentalidades, novo objecto da nova história, traz a sua colaboração. A antropologia, na medida em que o termo “memória” lhe oferece um conceito melhor adaptado às realidades das sociedades “selvagens” que esta estuda do que o termo “história”, acolheu a noção e explora-a com a história, nomeadamente no seio dessa etno-história ou antropologia histórica que constitui um dos desenvolvimentos recente mais interessantes da ciência histórica.

Pesquisa salvamento, exaltação da memória colectiva não mais nos acontecimentos mas no tempo longo, busca dessa memória menos nos textos que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos rituais e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. (Le Goff, 1984:44)

A memória transformou-se numa importante ferramenta de passagem de testemunho, na medida em que a sua aprendizagem em sociedade permite-lhe perpetuar a sua

identidade enquanto grupo. A sociedade é o elo fundamental para a construção da memória. (Ben-Amos, 2008: 13).

Halbwachs work shows that people act according to the meaning they ascribe to their own and other people's behaviour. Now the content of those meanings is provided, originally, by the conventions of the community to which the individual belongs. Memory, intelligence, and identity are constructed by a learning process within a group. Subsequently, it is in an absent or disordered relationship to that group that the causes of any individual mental disorders should be sought, instead of launching into unverifiable conjectures to the state of an individual's brain (Marcel, 2008:143)

Para Halbwachs a memória é construída não individualmente, mas em sociedade, na nossa condição de indivíduos pertencentes a um grupo, a família, constitui por excelência um dos principais conjuntos de iniciação, espaço onde se procede a uma primeira fase de aprendizagem. A família por sua vez interage com outros grupos ou instituições, que poderão ser outras classes sociais ou outras comunidades religiosas.

Having solved the problem of the fundamental human mechanism of the collective memory, Halbwachs devoted his work to the main producers of that collective memory: the family, social classes, and religious communities. (Marcel, 2008: 144)

Por último, consideramos importante destacar dentro da teoria de Maurice Halbwachs, no que respeita à construção da memória distinguir entre “memória auto-biográfica” e “memória histórica”. A primeira está intimamente ligada ao que vivenciamos directamente enquanto elementos de um determinado grupo, e a partir desse momento, esse acontecimento faz parte da nossa identidade. A “memória histórica” é-nos ensinada, não a testemunhamos, mas faz parte da nossa consciência de grupo.

Halbwachs thus distinguished between “autobiographical memory” and “historical memory”. The former concerns the events of one's own life that one remembers because they experienced directly, though it also includes reference to events which one did not experience directly but around which one's memory is oriented. For instance, you are likely to remember what you were doing when an event designated historic by the group took place – such as the attacks of September 11, 2001- event did not affect you directly in your individuality rather than in terms of the group of which you are a member. “Historical memory”, in distinction, refers to residues of events by virtue of which groups claim a continuous identity through time. “Historical memory” of the U.S. Civil War, for instance, is part of what it means to be an American and is part of the collective narrative of the United States. But nobody still has “autobiographical memory” of the event. (Olick, 2011: 19)

A Memória Cultural tornou-se um dos principais campos emergentes dentro dos Estudos de Cultura, tratando-se do espaço onde melhor interagem o passado e o presente. Neste exercício de mediação, entre a acção presente e o acto passado, já apurámos que a arqueologia surge como o campo que analisa a cultura material e a projecta no espaço de análise comum, contribuindo fortemente para a construção das identidades tão complexas e importantes da memória colectiva. Existe um espaço por excelência, onde esta mediação se faz na perfeição, estamos a falar do museu.

1.3 – O museu como lugar de mediação entre o passado e o presente.

A instituição -Museu – surge-nos como o cenário ideal para a aprendizagem social das várias matérias que se podem considerar como elementos da Memória Cultural de um povo, de um grupo social ou de um grupo religioso. O Museu apresenta-se nas sociedades contemporâneas enquanto espaço de discursos e representações transversal a todos os conhecimentos.

Surgindo num processo sincrónico idêntico ao das bibliotecas, os museus nascem como espaços públicos de divulgação de determinadas realidades, apresentadas num contexto, aparentemente democrático, no qual as populações podem aceder para visitar e apreciar pela primeira vez um conjunto de bens (objectos dos mais diversos contextos), que de outra forma fariam sempre parte do seu imaginário.

Temos portanto, uma primeira ideia presente, relativamente à constituição dos museus, o seu carácter divulgativo dirigido para grandes massas. Podemos considerar que a sua abertura, constituiu sem dúvida, a inauguração de espaços democráticos.

O Museu apresenta-se como um modelo vivo de aprendizagem, que deve encontrar formas para não se tornar num sítio estático, antes pelo contrário, é a sua mobilidade e capacidade de adaptação que lhe permitirá continuar a evoluir e servir as populações a que se dirige. O espaço de representação é vital enquanto espaço de regulação social, porque ao estarmos a transmitir uma determinada ideia ou imagem, estamos a produzir um acto de regulação social, estamos a construir padrões comportamentais.

1.3.1 -Nascimento e Génese do Museu

A colecção está na base da constituição dos museus, ou seja, os primeiros conjuntos expositivos que surgiram tiveram a sua origem, subordinados à vontade individual de sujeitos, que pelas mais diversas razões, decidiram guardar um conjunto de objectos.

Este gosto pela peça individual, podia dever-se a diversos factores, podiam ser colecções baseadas na beleza estética dos objectos, na raridade que eles apresentavam independentemente do seu valor estético ou simplesmente pelo facto de serem objectos que tinham associados valores simbólicos/históricos importantes (Hernández, 1998:13).

Desde sempre que o espírito do homem quis garantir para si um objecto, cujo valor atribuído representasse a sua importância pessoal. São diversas as grandes colecções que ouvimos falar, por exemplo, na Grécia Antiga as ofertas doadas aos templos constituíam verdadeiras colecções. Destaca-se entre elas o depósito votivo do templo de Delfos séc. V a.C., cujo espólio era guardado num edifício próprio denominado de “Thesaurus” (Hernández, 1998:14)

O decorrer dos tempos as grandes colecções ficam limitadas a duas esferas privadas, por um lado, temos o poder régio e senhorial com capacidade económica para adquirir peças e bens (também se podia dar o caso de terem origem em saques de guerra). Por outro lado, temos o poder eclesiástico como força emergente, que tem a particularidade de começar a suas imensas colecções com base em doações, herdando em parte a tradição até aqui atribuída aos templos pagãos.

Mas a Igreja como instituição possuidora de espólios, tem um duplo papel, é a grande responsável pela produção de bens artísticos ou seja, é a grande promotora artística durante a Idade Média, quer fosse na elaboração de pequenos objectos litúrgicos, quer fosse na construção das grandes Catedrais e de todos os elementos decorativos associados a estes espaços de culto.

Até ao século XVII assistimos a um processo de afirmação das colecções particulares, a partir deste momento com um novo grupo social emergente, a burguesia, que pretende

afirmar-se socialmente a todos os níveis. A posse de uma colecção particular, é por si só, um elemento de distinção social.

As grandes colecções começam a ganhar alguma especificidade, surgem os mercados de arte (Saint Germain e Leipzig) (Hernández,1998:19), os quadros começam a ser valorizados sobre o ponto de vista artístico e não tanto temático. Os Gabinetes que se formam, embora comecem a apresentar alguma organização, são ainda uma amálgama de curiosidades onde se misturam animais raros, fósseis, pintura, escultura, etc.

O *Asmolean Museum de Oxford*, foi o primeiro museu entendido como tal, organizado como Instituição Pública (Hernández, 1998:21). Legado em testamento pela família à Universidade de Oxford, foi necessário construir um edifício específico próprio para acolher a colecção. Associada à colecção havia uma Biblioteca, que sofreu o mesmo processo de adaptação para divulgação junto do público. Apesar de ser uma colecção diversificada constituída por pedras, plantas, animais, instrumentos científicos, foi um marco muito importante porque obrigou a uma série de reflexões.

Não só implicou a adopção de um edifício criado de raiz para a exposição, o qual preconizava à partida a possibilidade de abrir um espaço privado a um espaço público, ou seja, dirigia-se num primeiro momento à eclética comunidade universitária de Oxford. Por outro lado a sua aquisição obrigou a um exaustivo trabalho de catalogação e inventariação. Mas o mais extraordinário, para além da execução do catálogo, foi a realização de um Regulamento onde eram claramente estabelecidas as normas do museu, estruturando a administração e estabelecendo a função de conservador (profissão que surge pela primeira vez), assim como, definia as horas de visita e os preços. Estamos definitivamente perante uma nova realidade, o espaço privado abre-se ao público em geral. Mas ainda tínhamos de esperar mais algum tempo, só com a implementação do Museu do Louvre, nos finais do séc. XVIII, é que a dinâmica de *Museu* ganharia um impulso à escala global da altura.

Associado a este movimento de abertura ao público das colecções herdadas dos gabinetes de curiosidade, agora apresentadas sob a forma de museus, temos dois outros processos de extraordinária importância, que vem contribuir de igual forma para o carácter universal que se pretendeu imprimir nos museus.

A proliferação de feiras de cariz circense, onde as pessoas visitavam espaços mais ou menos organizados, de forma a permitir a circulação de diversas pessoas ao mesmo tempo. Mas o que se expunha não eram mais do que meras curiosidades, (na maior parte dos casos falsas) partia-se do horror e do bizarro para impressionar, no entanto, podemos considerar este exercício de visita como um primeiro passo de iniciação para frequentar outros espaços de cariz lúdico/pedagógico, tais como o museu. (Bennett, 2003:6).

O segundo elemento importante que vem contribuir para a afirmação dos museus foi o desenvolvimento que a investigação científica sofreu ao longo do séc. XVIII e XIX, transpondo para a museologia todo o seu processo científico. Os objectos deixam de ser apresentados pela sua curiosidade, mas pela validade informativa que apresentam. As exposições assumem um papel didáctico, explicar ao público a evolução da terra, do homem, dos animais. Assistimos, portanto, a uma segmentação temática subordinada a matérias como a geologia, anatomia, história de arte, etc. Inevitavelmente caminhou-se para a criação dos museus temáticos, dando origem aos Museus de História Natural, de Arqueologia, de Arte, etc

A reter temos, a emergência da abertura de espaços privados para públicos diversos, ou seja, uma incipiente democratização de frequência de espaços que até aqui se mantinham encerrados para as elites. Associado ao facto de proliferarem iniciativas de cariz público (Feiras, Parques Públicos e sobretudo a organização das grandes Exposições Universais que surgem como afirmação da grandes potências mundiais), A adaptação a estes eventos, podem ser encarados como um processo de rituais iniciáticos para outros lugares que estão em fase embrionária (Museus e Bibliotecas).

Equacionando um terceiro factor bastante importante, o desenvolvimento científico do séc. XVIII e XIX que transporta para a vida comum, a sua metodologia, ou seja, a organização em função da lógica e da razão.

The emergence of historicized principles of display associated with the formation of the modern public museum was part of the more general transition Foucault has traced from the classical to the modern episteme (Bennett, 2003:33)

1.3.2-Representação do Espaço e o seu público

Os museus surgem, como os espaços ideais para as novas representações em função do conhecimento científico. Os governos vão encontrar nestas novas instituições o teatro ideal para preconizarem o ensino de massas.

É neste contexto que as relações entre os governos e a alta cultura se vão desenvolver. O Museu permitia a divulgação das ideias que os governos quisessem transmitir (situação que ainda ocorre actualmente...), garantia a uma pedagogia hegemónica, preconizada por Gramsci (Bennett, 2003:63), uma vez que garantia o acesso a toda a população, nomeadamente as classes médias e operárias que se afirmavam como o grande objectivo.

O museu como espaço de comunicação, para o qual eram construídos edifícios próprios no sentido de garantir que o processo exposição-observação-compreensão, ocorresse de forma acessível a todos. As exposições dotavam-se e desenvolviam equipamentos próprios que permitissem e facultassem uma rápida compreensão da mensagem que se pretendia transmitir. Presente estava sempre a metodologia científica, patente em actos tão simples, como a classificação individual de cada objecto. As exposições, como acto de divulgação, surgiam como o campo ideal de afirmação das grandes potências, independentemente de se pretender mostrar as últimas conquistas coloniais, ou as últimas descobertas inventivas. O acto de expor era realizado para fascinar e impressionar as novas classes que acediam aos eventos culturais. Esta encenação garantia o objectivo principal, ou seja, proporcionar o meio ideal, para que a transformação e alteração comportamental das formas de vida ocorresse. (Bennett, 2003: 20)

A arquitectura desenvolveu-se de forma extraordinária não só a nível de interior, mas também a nível exterior. Os grandes museus são os novos centros geopolíticos das cidades, o poder dos governos afirma-se soberanamente através das grandes obras que eleva. Veja-se o British Museum edificado de raiz para acolher importantes colecções de arqueologia, a sua presença foi marcante para toda a zona. Esta questão permanece actual, no panorama português temos muitos exemplos que testemunham a importância de regeneração/valorização urbana que um espaço cultural pode exercer numa cidade, estamos a falar naturalmente da Fundação Calouste Gulbenkian e do Centro Cultural de Belém (Grande, 2006:163).

No processo de aprendizagem pretendido através dos museus, apenas um tipo de museu foge a esta linha, exigindo uma preparação prévia a quem o visita, tratam-se naturalmente dos Museus de Arte (Contemporânea) (Silva;2006:95). Outra questão que permanece bastante actual, é precisamente nos museus de arte contemporânea que se sente maior resistência para conquistar novos públicos. Os grandes sucessos de bilheteira atingem-se com grandes promoções de eventos, sobretudo quando se tratam de grandes pintores. Relembramos o grande fenómeno de 2007 com a exposição sobre o grande pintor Amadeo de Sousa Cardoso (Fundação Calouste Gulbenkian “Amadeo de Sousa Cardoso- Diálogo de Vanguardas”) que ultrapassou todas as previsões.

As conceptualizações dos grandes museus do séc. XIX, com as suas ambições moralizadoras e disciplinadoras, apresentavam-se como um regulador social, capazes de por si, introduzirem novos comportamentos induzindo novos espíritos críticos.

Com Tony Bennett, cuja linha de pensamento é transversal a três grandes pensadores como Gramsci, Foucault e Bourdieu, passamos a olhar museus sob uma perspectiva diferente.

Para Tony Bennett na génese dos museus ocorrem três elementos fundamentais, a democratização dos espaços privados, abrindo-os a um público diversificado, impulsionados pela emergência de novas classes sociais (burguesia e classes operárias). O aproveitamento de rituais de aprendizagem como a frequência de feira, transportando estes hábitos para uma nova esfera, encontrando no museu um novo palco onde podiam ser divulgadas novas ideias. Por fim, equacionamos o desenvolvimento científico e filosófico, cujo processo de investigação é aplicado aos conteúdos museológicos. Resultando imediatamente numa especialização e organização dos espólios provenientes dos velhos Gabinetes de Colecções, levando à segmentação temática de variadíssimos museus.

O aperfeiçoamento destes novos lugares de cultura, rapidamente são assimilados como meios perfeitos para educar as grandes massas, garantindo uma educação igual para todas as pessoas que livremente quisessem aprender. Os governos assimilaram museu como um dos mais correctos meios para promover a criação de novas ideias e melhorar modelos comportamentais.

De facto os museus, podem ser vistos, numa perspectiva sociológica, como o palco ideal para decorrer o processo de aprendizagem da memória cultural

1.4- *Loci memoriae* na arqueologia

Em arqueologia temos, dentro da classificação de património, o que denominamos de *sítio arqueológico*, de acordo com a Lei nº 13/85 do Património Cultural Português de 6 de Julho de 1985:

Artigo 8º

1- Por monumentos, conjuntos e sítios entende-se respectivamente:

- a) Monumentos: obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental;
- b) Conjuntos: agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social;
- c) Sítios: obras do homem ou obras conjuntos do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

Apesar das três classificações integrarem o que se pode entender por *Lieux de Mémoire*, segundo a teoria de Pierre Nora, é sobre a classificação de *sítios* que iremos reflectir.

Enquanto num museu temos uma transmissão de informação condicionada, ou seja, a comunicação que se atinge parte de um objecto, de uma ideia que se pretende criar para permitir ao visitante construir o seu imaginário a partir daí, num sítio arqueológico nós temos oportunidade de vivenciar a memória *in situ*.

For the ancients, the *loci memoriae* were a necessary mnemotechnics in a society without modern media [...]. For Cicero and Quintilian the *loci memoriae* were practical mental tools, free of ideology. *Loci memoriae* were not determined by social values, by historical views, or future expectations. Nora's *lieux de mémoire* are also mnemotechnical devices, but extremely ideological, full of nationalism, and far from being neutral or free of value judgments. Most *lieux de mémoire* were created, invented, or reworked to serve the nation-state. *Lieux de mémoire* were primarily part of the identity politics of the French

nation and functioned to imprint the key notions of national history on the outillage mental (“set of mental tools”) of the French citizens (Boer, 2008:21)

Um sítio arqueológico, não é construído por acção do homem contemporâneo, o seu valor reside no seu longínquo passado, contudo, pode ser aproveitado para fundamentar ideias colectivas. A existência de consagração da valorização da vivência da memória, pode ocorrer com o património arqueológico, não se esgota apenas nos memoriais construídos para celebrar uma data especial. Por exemplo, a Cava de Viriato acampamento romano militar em Viseu, foi durante muitos anos preservada acreditando-se estar perante um local que de alguma forma estaria ligado ao povo lusitano e, portanto, ligado à origem da nacionalidade. Curiosamente hoje acredita-se cada vez mais, estar-se perante um acampamento militar muçulmano (Mantas, 2009:89). A arqueologia, tal como todo o património construído pode perfeitamente ser aproveitado e integrado em ideias que se pretendem promover, como é caso de conceitos de foro nacionalista.

A arqueologia, tem por base uma ingenuidade extraordinária, o papel do arqueólogo é o de ler nos estratos da terra a passagem do homem, mas um testemunho que foi deixado de forma inadvertida e não intencionalmente, como os documentos escritos. Excepcionalmente ocorrem achados, que denotam a intenção do homem marcar a sua passagem no tempo, expressando de alguma forma a sua presença. O melhor exemplo é sem dúvida o sítio arqueológico de Foz Côa (Raposo, 2006:11), cujo santuário rupestre ao ar livre, consagrou para a eternidade a leitura artística de um povo. Nos vales por onde corre o rio Côa, ficou marcado na rocha a base da visão artística dos primeiros do homem. Ler-se esse testemunho na paisagem, no seu estado original, constitui um privilégio extraordinário.

Os sítios patrimoniais, “históricos” e/ou “arqueológicos”, seriam em principio, lugares propiciadores de uma reflexão geral sobre o tempo, factor que tudo destrói, transformando-o em ruína. Essa ruína contudo, resiste, parecendo securizar o observador a ruína miticamente “presentificada” o passado, permitindo observá-lo “olhos nos olhos” e portanto permite a experiência religiosa da resistência do tempo, ou, se quisermos, da sua elisão, sendo portanto um sinal da estabilidade da realidade; ao mesmo tempo, a ruína de algum modo sintetiza “natureza” e “cultura”. (Jorge, 2005:74)

Efectivamente num sítio arqueológico, estamos perante a realidade de presenciarmos o passado no seu contexto original e em simultâneo contribuímos para a construção da nossa memória cultural acerca de um determinado período histórico.

Podemos falar de arqueologia da paisagem se quisermos, desenvolvida pelas alterações provocadas na natureza por acção do homem, não por uma questão de necessidade de sobrevivência, mas por uma questão espiritual, as marcas foram deixadas intencionalmente para memória futura. Hoje, esses primitivos desenhos artísticos, representações da essência da época, são verdadeiros palimpsestos.

Such sites of memory are topoi with a life history. They have an initial, creative phase, when they are constructed or adapted to particular commemorative purposes. Then follows a period of institutionalization and routinization of their use. Such markings of the calendar, indicating moments of remembrance at particular places, can last for decades, or they can be abruptly halted. In most instances, the significance of sites of memory fades away with the passing of the social groups which initiated the practice. (Winter, 2008:61)

Mais uma vez voltamos a Foz Côa como exemplo, após o movimento pela sua defesa e conservação, o tempo que mediou até à inauguração do museu (2010), o sítio tornou-se um verdadeiro local de “romagem”, na medida em que apesar de estar fora das principais estradas, a população procurou sempre ver as gravuras. Sendo um local de construção de memória cultural, consolidou-se como lugar de memória, dentro da perspectiva de Pierre Nora, pelo facto da população em geral, ter reconhecido a importância do local, transformando-o indubitavelmente no sítio arqueológico pertencente ao imaginário comum.

Things do not “have” a memory of their own, but they may remind us, may trigger our memory, because they carry memories which we have invested into them, things such dishes, feasts, rites, images, stories and other texts, landscapes, and other “lieux de mémoire”. On the social level, with respect to groups and societies, the role of external symbols becomes even more important, because groups which, of course, do not “have” a memory tend to “make” themselves one by means of things meant as reminders such as monuments, museums, libraries, archives, and other mnemonic institutions. This is what we call cultural memory (A. Assmann). In order to be able to be reembody in the sequence of generations, cultural memory unlike communicative memory, exists also in disembodied form and requires institutions of preservation and reembodyment (Assmann, 2008:111)

Memória Cultural todos temos, todos a construímos a partir de objectos, de actos sociais, de informação transmitida pelas mais diversas formas, seja a partir de um museu, de uma arquivo, biblioteca ou simplesmente transmissão oral.

A arqueologia é um dos grandes meios de construção da memória colectiva, dá-nos a conhecer o outro, revela-nos a historicidade do homem, por isso, a sua preservação é essencial. Se permitimos que os sítios arqueológicos desapareçam, apagamos uma parte da nossa existência de forma irreversível.

Temos o dever de conservar para transmitir, é um imperativo garantir que a cadeia que liga o presente ao passado não é interrompida.

2. O Panorama Arqueológico Nacional

É hoje comum recorrermos à expressão “arquivos da terra”, para nos referirmos na globalidade a tudo o que consideramos de “património arqueológico”, conceito no qual ocorrem os mais diversos vestígios materiais resultantes da passagem humana ao longo do tempo.

Para além do léxico clássicas com que nos habituamos a classificar o património, como por exemplo, “monumentalidade”, “estética”, “raridade”, “antiguidade”, “contexto sócio-económico”, baseados sobretudo num contexto individualizável, ou seja, tinha por base o objecto, a estrutura, o edifício.

Actualmente verificamos que a evolução sentida nos estudos arqueológicos permitiu a entrada de novos termos e conceitos, já não nos limitamos à individualização dos “arqueosítios”, mas compreendemos a sua integração na paisagem, seja uma paisagem rural ou urbana que interessa proteger e salvar.

Essa consciencialização da importância do património arqueológico, e consequente normalização do tema na agenda corrente, deve-se ao facto do desenvolvimento e consolidação que a Arqueologia teve ao longo do séc. XX, afirmando-se como espaço de acção fundamental para o desenvolvimento.

Espelho desse processo construtivo de protecção e salvaguarda do património arqueológico nacional é o preâmbulo do Decreto-Lei 117/97 de 14 de Maio onde se regulamentou o Instituto Português de Arqueologia, o qual citamos uma parte.

As necessidades da vida moderna tornam inevitável a realização de intervenções profundas na paisagem, que afectam a integridade do “arquivo da terra” em que está contida essa informação. Nos últimos decénios, generalizou-se assim, em todos os países desenvolvidos, a prática de fazer preceder essas intervenções dos estudos arqueológicos necessários à recuperação do máximo de informação que, pelos padrões científicos do momento, é possível extrair dos «arquivos», cuja destruição é, após a sua detecção e reconhecimento, considerada permissível em caso de necessidade. (Decreto-Lei 117/97 de 14 de Maio)

Acompanhando o desenvolvimento das sociedades modernas ocidentais, Portugal conseguiu, ainda que de forma paulatina, acompanhar os principais movimentos de protecção do património cultural.

2.1 – Desenvolvimento e afirmação da Arqueologia nos séculos XIX e XX

A Arqueologia que actualmente se pratica e a partir da qual emanam todos os projectos em curso, resultou de um longo percurso de desenvolvimento científico, desencadeado pelas diversas correntes intelectuais que percorriam o palco europeu.

Encontramos as suas origens no séc. XVI, profundamente inspirado no modelo humanista que percorria toda a Europa, baseado na observação e descrição, procurava-se compreender e conservar os diversos vestígios que nos ligavam á Antiguidade.

Assim sendo, a história da arqueologia é em primeiro lugar o estudo do processo de transformação do discurso produzido sobre as origens e antiguidade das sociedades humanas e dos métodos e técnicas desenvolvidos para trabalhar as fontes que documentam esse mesmo discurso. Naturalmente, nele, o dado material emerge progressivamente como “personagem”, a partir do séc. XVI, para só mais tarde adquirir um verdadeiro estudo de fonte. (Fabião, 1989:11)

Constata-se portanto, que a produção historiográfica sobre a Antiguidade, no decurso do séc. XVI se concebe a partir de dois pressupostos, o primeiro, diz respeito a um processo de continuidade, ou seja, persiste um modelo de transmissão de informação a partir dos textos de autores clássicos, que eventualmente pode contemplar críticas. Desta forma, continua-se a dar primazia ao documento escrito como o elemento base para o discurso histórico. Em segundo, estamos perante um elemento de ruptura, baseado na observação e descrição, assim como, no estudo dos materiais *in situ*.. A presença do vestígio integrado no seu espaço original, ganha uma enorme importância no mundo científico. (Fabião, 1989:15)

No decorrer dos séculos XVII e XVIII assistimos à consolidação do mesmo modelo de investigação, com realce para promoção das grandes colecções de antiguidades, entre outros, não poderíamos deixar de referir Frei Manuel do Cenáculo, figura incontornável da arqueologia e do coleccionismo nacional (Fabião, 1989:17). Durante a sua passagem

por Beja fundou o primeiro museu de arqueologia do país, localizado na desaparecida Capela de S. Sisenando. O objecto arqueológico, configura-se como o vestígio dos tempos longínquos, a sua importância já não reside apenas no seu valor estético ou testemunhal, mas equaciona a validade do local de proveniência, dando origem aos primeiros trabalhos de escavação com o objectivo exclusivo de resgatar bens no seu local original (Fabião, 1989:24)

A partir de finais do século XVIII, com Cenáculo e seus colaboradores, a atitude é substancialmente diversa. Para além da crescente emergência dos elementos quantitativos nas descrições – não se fala de pedras ou construções “grandes”, mas sim de pedras ou construções com tantos palmos de comprimento, largura e altura – a preocupação visual adquire um novo contexto – não se lê a inscrição, decalca-se ou desenha-se, não só a própria mas também o seu suporte material – começam a surgir preocupações com outros artefactos que se obtêm não já apenas ao sabor do acaso, mas através de intervenções concretas de escavação em lugares que se sabe terem sido utilizados no passado. (Fabião, 1989:24)

No seu ciclo de desenvolvimento a arqueologia chega ao século XIX com uma maturidade elevada, afirmando-se como disciplina sobretudo a partir da segunda metade de oitocentos.

...a Arqueologia nasceu, afirmou-se e cresceu no seio das camadas ilustradas das sociedades europeias da segunda metade do século XIX. A relevância social particular que a disciplina adquiriu naquela época baseia-se, também, em dois grandes “pilares”: por um lado, por se apresentar como a melhor fundamentação e enquadramento de uma mundividência laica, ou se preferirmos, por fornecer um quadro de explicação para a origem do Homem e do Mundo mais consentâneo com o novo “espírito do século”; por outro, por passar a figurar entre os caminhos privilegiados para a construção das “memórias nacionais”. Estas distintas perspectivas justificam, ainda, a multiplicidade de enquadramentos onde se move a Arqueologia, como disciplina – da investigação “pura”, aos programas de preservação/ valorização de sítios e monumentos; do “universal”, ao nacional, ao regional ou mesmo local. (Fabião, 1999:106)

Em perfeita sintonia com os países europeus, Portugal no que respeitou ao domínio do património arqueológico, foi durante algum tempo um parceiro ao melhor nível. A disciplina - Arqueologia consolidou-se conservando como principal característica o seu carácter progressivo, mas acima de tudo, mantendo uma abertura temática e multidisciplinar trocando conhecimentos cumplicemente com outras disciplinas. (Fabião, 1999:107). A profunda produção científica que os investigadores deste período forneceram, assim como, as suas acções de escavações e de restauro levaria alguns autores a classificarem o segundo quartel do séc. XIX de “Idade do Ouro”.

No entanto, se compararmos as realizações da arqueologia portuguesa do último quartel do séc XIX com a primeira metade do XX (principalmente no domínio da Pré-História, mas não só) a sensação que fica é a de um declínio acentuado da actividade da investigação e, sobretudo, a ideia (porventura falsa) de que se fazia melhor nos finais de oitocentos, do que meio século depois. Foi usada inclusivamente a imagem de duas idades 8ª do “ouro” e a das “trevas”) para genericamente designar uma e outras épocas; reconhecendo-se, ainda, uma terceira de “renascimento”, a partir da década de 70. (Fabião, 1999:108).

A par dos trabalhos de investigação, houve outra actividade paralela que contribuiu fortemente para a afirmação da arqueologia nacional, a fundação de associações e sociedades que se constituíram como forças de acção no âmbito da actividade. Exemplo disso foi a fundação da Sociedade Arqueológica Lusitana em 1848, sob o alto patrocínio do rei consorte D. Fernando II. Esta sociedade foi a primeira dedicada exclusivamente à arqueologia de campo. (Raposo, 2010:48)

Em 1863, sob iniciativa de Possidónio da Silva, foi fundada uma das associações mais importantes que ainda conserva actividade importante no meio arqueológico, a Associação dos Arquitectos Civis e dos Arqueólogos Portugueses, sediada nas ruínas do Convento do Carmo. (Raposo, 2010:53). Teve como principal razão da sua existência proceder ao registo dos monumentos existentes, independentemente de se encontrarem ou não em estado de ruína. Estava bem presente o conceito de salvaguarda pelo registo e de protecção do património nacional.

Em 1863 funda a Associação dos Arquitectos Civis e dos Arqueólogos Portugueses (colocada em 1872 sob o patrocínio de D. Fernando II – “Protector e Presidente Perpétuo” – e por isso rebaptizada de “Real Associação”). Pretendia por esta via acorrerem salvamento de antiguidades que, um pouco por todo o país e especialmente em Lisboa e cidades envolventes, se vinham a perder por incúria ou até intencional acção destrutiva do vulgo e até, em certos casos, de pessoas e instituições que deveriam ser mais responsáveis. Neste sentido, requereu e obteve autorização para que a associação ocupasse e tomasse a seu cargo a limpeza das ruínas do Convento do Carmo (onde ainda hoje se encontra sedeadada), que serviam de estrebaria e lixeira, local tido como símbolo do opróbrio a que estavam votados os monumentos nacionais. (Raposo, 2010:53)

Juntamente com o movimento associativo, outro factor de maior importância foi a pretensão da criação de Museus. A instituição museu, seria outro corpo vivo no desenvolvimento da arqueologia nacional, estava bem presente a preocupação de divulgar e educar junto de um público ainda erudito.

Foram muitos os nomes de grandes arqueólogos que estiveram na génese do desenvolvimento da disciplina em Portugal, seria injusto não mencionar nomes como Carlos Ribeiro, Francisco Morais Sarmiento, Estácio da Veiga, Possidónio da Silva, mas entre eles demarcou-se José Leite de Vasconcelos, certamente o maior entre eles. fundador do Museu Etnográfico Português, no qual se reuniram as colecções de etnografia, antropologia e arqueologia do país. Com o seu carácter pluridisciplinar, garantia e promovia a permanente discussão dos grandes temas entre os diferentes investigadores.

Definido o âmbito temático, importa também referir a ambição cívica e política do novo museu: “Um museu, pois, etnográfico, posto que para mais não sirva, serve para educar o público, levando-o a conhecer e a amar a pátria. É nas primeiras idades que os sentimentos se radicam melhor. E um povo não deve amar a sua pátria só pró-forma, mas por convicção, porque está nisso a base da sua felicidade colectiva - , que é a paz e o progresso consciente”

O Museu Etnográfico Português, actual Museu Nacional de Arqueologia, aparece assim como uma das principais realizações da arqueologia portuguesa em finais do século XIX. Mas a obra de Leite de Vasconcelos é muito vasta. Lançou e manteve revistas ainda hoje fundamentais - *Boletim de Etnografia*, *Revista Lusitana*, *O Arqueólogo Português* (...). Entre outras obras impressas, salienta-se *As Religiões da Lusitânia*, um verdadeiro tratado, em três volumes (1897 a 1913), que teve e continua a ter enorme repercussão em todos os que se interessam pelas raízes remotas de Portugal. (Raposo, 2010:55, 56)

No dealbar do séc. XX a arqueologia estava plenamente confirmada como uma especialidade científica autónoma, coloca ao serviço das grandes questões históricas e disponível para colaborar ao nível pluridisciplinar.

Com o advento da República não se fizeram sentir grandes alterações, no que respeita a leis e funções. O Museu Etnográfico manteve o seu papel de interveniente na salvaguarda e defesa do património arqueológico nacional, continuando a acolher nas suas reservas o espólio proveniente dos vários pontos do país, alimentando ainda mais o seu papel centralista.

Esta situação tão pouco se alteraria com a nova administração emergente da implantação da República, apesar dos seus propalados propósitos reformistas que, neste campo, chegam a recuperar, ainda que sem consequências práticas as propostas originais de Estácio da Veiga (Gouveia, 1993). Restava assim preenchendo um óbvio vazio institucional no âmbito da salvaguarda das “antiguidades”, o Museu Etnológico, transferido em 1906 para as actuais instalações do Mosteiro dos Jerónimos de Belém. De facto, ao Museu de Belém acabariam por ser cometidas, umas vezes de forma formal outras apenas de

forma tácita responsabilidades de salvaguarda e protecção dos bens arqueológicos de todo o território nacional, em particular mas não em exclusivo, dos bens móveis. Uma portaria do Ministério das Obras Públicas, d 10 d Abril de 1901, determinava que os achados arqueológicos em quaisquer obras públicas, independentemente do seu estado, deveriam ser “imediatamente arrecadados ou resguardados com todo o cuidado, a fim de serem objectos encontrados transportados para o Museu Etnológico Português”. Esta tradição não seria, entretanto, interrompida pela implantação da República, que, num decreto d 19 de Novembro de 1910. fazia depender do parecer do Director do Museu Etnológico a autorização para alienação de objectos de carácter arqueológico pertencentes a quaisquer entidades públicas ou mesmo privadas, quando subvencionadas pelo Estado. (Silva, 2008:302)

O Museu acabaria por desempenhar ao longo do tempo uma acção como se se tratasse de um serviço de arqueologia nacional.

A entrada de um novo regime, o Estado Novo, não trouxe alterações profundas, antes pelo contrário, a forma de actuar, no que respeitou ao património manteve-se inalterável. (Raposo, 2010:201). Na realidade a legislação reconhecia novas classificações de “monumento nacional” no qual se incluía o património arqueológico, mas não o tratava de forma diferenciada, ou seja, os achados eram tradicionalmente considerados apenas pelo seu valor artístico, ignorando-se o seu contexto científico. (Silva, 2008:305)

Esta questão, fundamental para os padrões de investigação arqueológica, sofreria uma grande alteração com o Decreto 21 117, aprovado em 18 de Abril de 1932, onde estavam pela primeira vez reconhecidos os princípios de natureza científica do acto de escavação, implicando não só a autorização prévia dos trabalhos de escavação arqueológica mas também a fiscalização dos mesmos.

É esse pequeno mas importante “passo” que é dado com o polémico Decreto 21 117, em cuja redacção Manuel Heleno terá participado directamente, dadas as suas relações próxima com o referido Ministro da Instrução Pública. Com efeito, esta lei de cariz regulamentar criava a figura legal de “monumento arqueológico nacional”, mais tarde abandonada, especificando as tipologias de bens imóveis a que a mesma se poderia aplicar. Alargava ainda a protecção legal aos bens móveis arqueológicos, que também poderiam ser classificados ou inventariados e, nesse caso, não poderiam ser alienados sem autorização do Ministério da Instrução Pública. Era, porém nos seu capítulo III (“Das escavações e arrolamento das antiguidades nacionais”) que surgiam as maiores novidades e, paralelamente, os maiores motivos de protesto dos arqueólogos. Reconhecendo a natureza científica do acto da “escavação arqueológica”, a nova lei consignava o princípio da obrigatoriedade dos trabalhos arqueológicos serem “autorizados” pela Administração Pública, mesmo no caso de estes se efectuarem em imóveis não classificados instituindo como principal critério para esse efeito o reconhecimento da “competência” dos requerentes (art.º 9º). Deste principio decorria, implicitamente a necessidade da fiscalização das escavações e a

possibilidade da sua suspensão, no caso de serem executadas sem “critério científico” (art.º 11º) (Silva, 2008:306)

A lei implicava também uma forte centralização e dependência na figura do Director do Museu Etnológico, o que gerou uma grande polémica entre os vários investigadores da época

A situação mudaria logo a 12 de Outubro de 1933 com um novo Decreto-lei, nº 23 125 (Silva, 2010:307), retirando as linhas discricionárias, para dar lugar à criação e uma Junta Nacional de Escavações e Antiguidades que exerceria as competências de fiscalização, deveria integrar ainda representantes das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto e um delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

O mais importante é que os princípios básicos da cientificidade arqueológica continuavam inalteráveis, ficara definitivamente para trás o conceito da arqueologia oitocentista profundamente ligada ao antiquarismo, e passou-se a assumir a arqueologia como uma actividade científica que exigia competências próprias, susceptíveis de serem avaliadas durante todo o processo arqueológico. Por outro lado o Estado aceitava a necessidade de criar meios técnicos que garantissem uma eficaz fiscalização da prática arqueológica, assim como, procedesse à salvaguarda do património arqueológico e ao inventário da carta arqueológica de Portugal. (Silva, 2008:307)

Infelizmente esta Junta Nacional de Escavações pouca actividade teve e rapidamente o que se tinha conquistado perdeu-se com a sua extinção pela Lei 1941 de Abril de 1936, a qual criava a Junta Nacional de Educação. A partir deste momento a arqueologia ficaria na dependência deste organismo durante todo o Estado Novo.

A partir dessa data, seria no âmbito da respectiva Comissão de Belas Artes, a 6ª comissão, que passaria a existir uma “2ª subsecção de antiguidades, escavações e numismática”. Tratava-se de uma clara despromoção da Arqueologia, tornando-se até notório o retrocesso da linguagem usada na redacção das respectivas atribuições e competências (Decreto – Lei 26 611 de 19 de Maio de 1936). Em todo o caso, seria a esta “2ª subsecção”, apoiada legalmente no Decreto 20 985, diploma como já referimos pouco explícito em matéria arqueológica, que ficaria cometida até à extinção da Junta Nacional de Educação, em Fevereiro de 1977 (DL 70/77), quase 3 anos depois da Revolução do 25 de Abril, a regulação de toda a actividade arqueológica nacional. (Silva, 2010:308)

Ainda acerca do período denominado de Estado Novo é importante salientar uma outra instituição que marcou o património nacional, a famosa Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, que teve um papel fundamental mas ao nível do restauro. As suas intervenções pautaram-se sobretudo pela recuperação dos monumentos emblemáticos, entre os quais destacam-se sobretudo os castelos e palácios (Fernandes, 2001).

Em arqueologia a sua intervenção foi muito pontual, destacam-se sobretudo Conímbriga e Milreu, a um nível menor Miróbriga e Egitânia, ao contrário de outros estados totalitários que procuraram arduamente justificações arqueológicas para as teorias nacionalistas, em Portugal o regime de Salazar praticamente passou ao lado da actividade arqueológica.(Silva, 1999:136). Exceptuando a exaltação a Viriato e aos Lusitanos, cujo trabalho se baseou sobretudo em fontes literárias recorrendo pouco à fundamentação a partir do processo de escavação e da inerente cultura material.

Embora no contexto comemorativo do duplo centenário se tivessem generalizado as intervenções em castelos mais ou menos arruinados, que se não encaravam como vestígios arqueológicos de pleno direito, e se bem que a reconhecida riqueza patrimonial do território português tivesse incentivado algumas intervenções de conservação de ruínas, foram escassas em Portugal até meados da década de 1970 os exemplos de restauro de sítios e monumentos arqueológicos anteriores à fundação da nacionalidade. Para além de constituírem uma excepção essas raras intervenções sempre se pautaram mais por critérios e valores arquitectónicos e artísticos e menos por princípios arqueológicos: são exemplo os trabalhos de restauro dos anos 50 e 60 em sítios monumentais da época romana, como na casa dos repuxos de Conímbriga (Condeixa) com os seus mosaicos, e na Villa de Milreu (Estói, Faro), ambos por iniciativa da DGEMN, e nas ruínas de Miróbriga (Santiago do Cacém) e da Egitânia (Idanha –a – Velha) por iniciativa de D. Fernando de Almeida.

Contudo os primeiros restauros estruturais de sítios pré-históricos com uma base científica sólida só foram apreendidos já na década de 1970, no Castro do Zambujal (Torres Vedras), do 3º milénio a.n.e., por iniciativa do Instituto Arqueológico Alemão. (Parreira, 2010:355)

A democracia trouxe consigo novas perspectivas e responsabilidades por parte do Estado, para além de uma visão protectora e intervencionista o Estado preocupa-se em legislar e regulamentar as diversas actividades relativas ao património. Em 1980 cria o Instituto Português do Património Cultural onde integraria os diversos serviços relativos à cultura; museus, património arquitectónico, património artístico, património arqueológico, todos viviam sobre a mesma coordenação. Os primitivos serviços de arqueologia funcionariam inicialmente no Museu Nacional de Arqueologia, herdeiro do

Museu Etnológico, praticamente com a mesma estrutura da extinta Junta Nacional de Educação.

Aliás, quando finalmente em 1980 se criou o Departamento de Arqueologia do IPPC, dependente da Secretaria de Estado da Cultura, o apoio das estruturas do velho Museu de Belém viria a revelar-se decisivo, já que o novo serviço, ainda que herdando alguns, poucos, funcionários e alguns arquivos da velha Direcção-Geral do ensino Superior e da Belas Artes, arrancava praticamente do “nada”. Departamento e Museu partilharam então, durante alguns anos, a mesma direcção (Francisco Aves), as mesmas instalações (Jerónimos Belém) e, quantas vezes, o mesmo pessoal, recorrendo o Departamento aos meios técnicos e científicos do Museu (laboratórios, armazéns, biblioteca) para exercer as suas atribuições de gestão da actividade arqueológica e salvaguarda de sítios e monumentos dispersos por todo o território nacional. (Silva, 2008:303)

A fundação deste serviço outorgou um papel de maior relevo á arqueologia no âmbito da administração central portuguesa, dando origem aos primeiros lugares ocupados por técnicos superiores da área com um campo de acção muito próprio no âmbito da investigação, protecção e salvaguarda do extenso património arqueológico nacional. Esta afirmação espelhada pela introdução de novas políticas culturais, ficou estabilizada com a aprovação da Lei de Bases do Património Cultural de 1985, que claramente alargava o campo de acção das realidades contempladas.

O IPPC, mais tarde cindiu-se em diversos organismos com competências próprias no que respeita às políticas sectoriais (arquivos, museus, património arquitectónico e arqueológico).

Em 1992 passaria a dar lugar ao IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico Decreto – lei nº 106, F/92)

A este novo organismo cabia-lhe a tutela das leis relativas à protecção e salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico, emitindo pareceres vinculativos sobre todo o tipo de actividade sobretudo relacionado com obras, classificando imóveis e sítios, estabelecendo as respectivas áreas de protecção (ZEP), e ainda, ganhou competências na gestão dos principais monumentos nacionais substituindo-se em muitos momentos à DGEMN.

Posteriormente o IPPAAR daria origem a dois Institutos o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), que sofreu uma profunda reestruturação ficando exclusivamente com a parte de arquitectura com destaque para a salvaguarda e revitalização de monumentos.

O ano de 1997 marcou profundamente a actividade arqueológica em Portugal com a fundação do Instituto Português de Arqueologia

Por sua vez, e como resposta aos “anos de chumbo” indelevelmente marcados pela polémica do Vale do Côa, a área do património no âmbito do Ministério da Cultura foi reforçada a partir de finais de 1995, num ciclo que persistiu até 2002. O IPPAR sofreu uma drástica remodelação através de uma nova orgânica (1997), mais moderna e mais activa nos dois domínios da sua competência – a salvaguarda e o restauro /revitalização de monumentos – e foi criado, concomitantemente, em 1997, o Instituto Português de Arqueologia (IPA). (Pereira, 2010:271)

A criação deste organismo alterou literalmente a forma de actuar dos profissionais de arqueologia, a autonomia da prática arqueológica trouxe uma complexificação da carreira do profissional de arqueologia.

A publicação do Regulamento dos Trabalhos de Arqueologia (Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho) foi um marco na organização da actividade, pela primeira vez, reconhecia-se oficialmente a profissão de arqueólogo, até aqui inexistente nos serviços de finanças, a única possibilidade era a inscrição como investigador. Surgiam igualmente outros profissionais, como por exemplo, técnico auxiliar de arqueologia, desenhador de arqueologia, etc. Finalmente sabia-se claramente o que cabia a quem.

O IPA tinha na sua génese um cariz verdadeiramente científico, como prova desse espírito foram criados dois centros de investigação, o Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências (CIPA) (actualmente integrado na Divisão de Estudos Patrimoniais e Arqueociências do IGESPAAR) e o Centro Nacional de Arte Rupestre. Ambos desenvolveram trabalhos meramente de investigação científica, constituindo equipas de investigadores internacionais, com a extinção do IPA as equipas foram paulatinamente desaparecendo, ficando diminuídas apenas aos poucos funcionários do Estado, os restantes investigadores partiram para outros destinos na condição de bolseiros.

Foram também constituídos dois outros serviços o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (actualmente a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática) e o Departamento de Salvaguarda (actualmente a divisão de Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento). Ambas presentemente reduzidas a metade das equipas que tiveram, contudo a actual DAPA mantém um serviço que ficou como a grande marca do IPA, as denominadas Extensões Territoriais, cujos técnicos tinham como missão a fiscalização dos trabalhos arqueológicos no terreno, garantido uma resposta rápida junto dos profissionais.

Tendo nascido na sequência de um processo de avaliação de impacte ambiental (AIA) paradigmaticamente deficiente e de tão vastas consequências, o IPA encontrava-se nas condições ideais para impor a aplicação plena da legislação plena da legislação europeia, podendo até ir mais longe – foi o que fez. Adoptou o figurino de instituto administrativamente leve, mas com grande capacidade de monitorização do território; promoveu a publicação de um novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Decreto – lei 270/99), no qual se estabelecia uma categoria de trabalhos de terreno específica para estes domínios: “acções preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático” (artigoº 3º), abandonou a antiga prática de protocolar intervenções com donos de obras, obrigando a que as mesmas fossem contratadas em regime de mercado; colaborou na elaboração da legislação portuguesa dos AIA (Decreto – Lei 69/2000), participando depois em comissões de acompanhamento e acabando por estabelecer em 2004 os respectivos termos de referência para o descritor património arqueológico; e apoiou a redacção da nova Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei 107/ 2001), que é mais incisiva em matéria de coordenação e articulação da política de património cultural com as restantes políticas de ordenamento, ambiente e educação. (Raposo, 2010:365)

Em nome da reestruturação do estado o IPA foi extinto e integrado no novo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico Português (IGESPAR), a perda de autonomia recordava os tempos do antigo IPPAAR, no entanto a “revolução” provocada pela legislação, pela forma de actuar no terreno, sobretudo no âmbito da salvaguarda, fizeram com que a arqueologia nunca mais fosse a mesma.

O IGESPAR criado como instituto público e substituindo o IPPAR, pouco reteve das competências deste, ou reteve-as apenas formalmente. Perdeu a autonomia financeira, que era um instrumento fundamental para a política pública e para a organização das candidaturas aos apoios comunitários e para a centralização do necessário expediente. Por sua vez, a área da salvaguarda, particularmente sensível, ficou repartida (e mal repartida) por ovos organismos de tutela “directa” do Ministério da Cultura, as direcções regionais de cultura, com competências iguais ao IGESPAR...Nesta área, por exemplo, verifica-se a necessidade de dois despachos” do mesmo nível em termos de autoridade competente, podendo sobrepor-se ou colidir em conteúdo. Por sua vez, procedeu-se a uma reafecção

de monumentos e a sua dispersão, passando, contra toda a lógica, os palácios nacionais (dos quais, apenas um tem conteúdo museológico) para a tutela do também recém-criado Instituto dos Museus e Conservação (IMC). Estas alterações dramáticas, feitas em nome da reforma da Administração Pública e do projecto PRACE, constituem talvez o mais desastrado acto de toda a história do património desde os tempos da democracia (e da ditadura...) (Pereira, 2010:275)

Decorrentes deste processo de exercício da actividade, equacionando sempre o facto de estarmos integrados na União Europeia que nos obriga a actuar de forma igual ao resto do continente no que respeita a normas internacionais, surgiram três domínios profissionais no qual se congrega toda actividade arqueológica, são os profissionais pertencentes à administração (Estado Central, Regional e Local), os investigadores (afectos a universidades, a esmagadora maioria na condição de bolseiros) e por fim os arqueólogos profissionais liberais (afectos sobretudo a empresas).

O aumento da comunidade arqueológica, entendida aqui em sentido amplo, tem vindo a ser acompanhado pelo seu espartilhamento por diversos subsistemas e grupos de interesses, nem sempre compatíveis, raramente articulados e por vezes ligados por pontes que não serão as mais desejáveis. O subsistema académico inclui os docentes e também os estudantes, quer pela sua colaboração mais ou menos voluntária e mais ou menos gratuita em projectos de investigação dos respectivos docentes, quer pela progressiva proletarianização a que têm vindo a ser tentados, como mão de obra barata para a Arqueologia Comercial; a Arqueologia da Administração, incluindo os funcionários dos órgãos centrais e os profissionais afectos a serviços municipais, museus e outras entidades, constitui um corpo com funções melhor ou pior definidas, mas que não se confunde com os restantes, salvo as intersecções de carácter pessoal; (...) e, por fim, a actividade arqueológica designada como empresarial (porque organizada sob a fórmula de firma ou empresa), comercial (porque vende serviços e produtos) ou contratual (porque actua sempre sob a regra de um contrato de prestação de serviços, escrito ou verbal), deve naturalmente dividir-se entre os gerentes e profissionais do quadro de cada uma das empresas e uma grande massa de contratos temporários. (Silva, 2007:14)

Actualmente, em nome das reformas estruturais necessárias no âmbito da crise que Portugal atravessa, está em fase de reestruturação um novo serviço que dá pelo nome de Direcção Geral do Património e que regressa um pouco à génese do antigo IPPC apesar da Lei Orgânica não se conhecer, consideramos que não é possível um retrocesso na defesa do património arqueológico, antes pelo contrário, poder-se-ão ganhar novas valências. A autonomia da arqueologia, enquanto estrutura independente trouxe-lhe alguma incompreensão por parte de outros serviços, sobretudo na leitura autónoma de projectos de construção e de ordenamento. Num espírito positivo e conciliador, queremos acreditar que o regresso a equipas pluridisciplinares, trabalhando lado a lado o arqueólogo o arquitecto, o historiador de arte, o técnico de

conservação e restauro, o urbanista pode resultar num trabalho de equipa muito mais dinâmico na causa da salvaguarda do património

2.2 – A plenitude da profissão do arqueólogo no séc. XXI

2.2.1 – Os arqueólogos do “Estado”

O desenvolvimento sentido dentro da actividade arqueológica, emanado da clarificação legislativa que a fundação do Instituto Português de Arqueologia teve, como consequência imediata um aumento do número de profissionais ligados à administração do Estado.

Em primeiro lugar houve um aumento de funcionários do estado integrados nas várias divisões do IPA, sobretudo ligados ao trabalho de inventário, arqueologia de salvaguarda e gestão do património. Estes técnicos desenvolveram um trabalho pró-activo mantendo-se muito próximos das acções desempenhadas pelas mais diversas necessidades sentidas a partir da arqueologia preventiva.

O desenvolvimento sentido na última década, não marcou apenas a Arqueologia, mas também todo o sector do Ambiente foi alvo de profundas transformações, situação espelhada sobretudo na denominada “arqueologia do território”, ou seja, nos Estudos de Impacto Ambiental, na colaboração e elaboração de Planos Directores Municipais, onde tinham de incluir condicionantes arqueológicas que garantissem a defesa do património arqueológico.

A acção efectiva e permanente desempenhada por estes profissionais, permitiu apresentar uma imagem de eficácia dos serviços oficiais, junto das várias entidades com as quais os diversos institutos do estado interagem. Associada a esta característica de intervenção rápida, equacionaram-se os grandes projectos de desenvolvimento nacional, como por exemplo, a da Barragem do Alqueva (e transvazes associados), as auto-estradas, o novo aeroporto, o TGV, etc, implicaram uma grande participação por parte destes funcionários no âmbito dos Estudos de Impacto Ambiental, fundamentais na fase inicial de qualquer um dos projectos.

Concomitantemente às novas necessidades, provenientes de um código legal muito mais claro, também os municípios surgiram como os grandes grupos de acção na defesa do património arqueológico. A maior parte das autarquias ainda continua a colocar os técnicos de arqueologia em serviços de cultura, mas alguns exemplos raros, como a câmara de Lagos, tem os seus técnicos em serviços de obras, por considerarem que é em conjunto com os técnicos de engenharia e de arquitectura que pode haver uma acção mais efectiva do património do subsolo.

Efectivamente é ao nível municipal que se desenvolvem as maiores necessidades, o arqueólogo é também um planificador que tem de se sentar juntamente com o engenheiro civil, com o arquitecto, com o autarca, para pensar e reflectir sobre o ordenamento do desenvolvimento urbano. São muitas as áreas onde o arqueólogo pode colaborar, na elaboração de Cartas Arqueológicas, verdadeiras ferramentas de gestão do planeamento territorial, nas Cartas de Risco, nos Planos de Pormenor, na Avaliação de Impacte Ambiental, ou na elaboração de medidas preventivas de salvaguarda decorrentes de pareceres sobre obras ou projectos em zonas de imóveis classificados, Etc. Em Portugal esta colaboração vai-se consolidando paulatinamente, mas no resto do panorama europeu, esta é uma cooperação indispensável.

Os arqueólogos, surgem sobretudo como verdadeiros gestores do património, determinando as regras de protecção a aplicar a cada situação. Dentro do seu papel de gestores existe um outro campo de acção no qual tem um papel determinante, a divulgação do património arqueológico junto das populações.

Essa filosofia de actuação estava respaldada numa concepção muito próxima de alguns dos princípios metodológicos da sua disciplina científica – mas só a sua inserção no processo de produção cultural das comunidades conferia um sentido socialmente actuante á sua intervenção. (Parreira, 2007:99)

Talvez seja nesta área, onde o profissional de arqueologia se confunde com os profissionais dos museus, ou de outros equipamentos culturais, desde que cumpra com a missão de divulgar e promover o património cultural junto das populações

Alguns museus desenvolveram projectos de investigação cuja responsabilidade pertence ao seu corpo técnico, se foi assim que a arqueologia se consolidou no séc. XIX, a

verdade é que cada vez menos os arqueólogos ingressam nos quadros dos museus simplesmente como investigadores. O seu campo de acção agora prende-se sobretudo com a descoberta de novos caminhos para comunicar com o público.

2.2.2- A Arqueologia de Investigação

A arqueologia de investigação confina-se sobretudo às Universidades, quer seja num corpo docente instituído, quer seja no grupo de bolseiros agregado aos diversos institutos de investigação.

Basicamente, aquilo a que chamamos arqueologia de projecto estrutura-se e orienta-se para o estudo de questões concretas, ditadas pela dinâmica da investigação arqueológica e pelas inquietações e interrogações dos investigadores. O desejo/ necessidade de responder a determinadas questões sobre o passado gera um plano, conduz à selecção de um sítio, de sítios ou territórios e à realização de intervenções conducentes ao esclarecimento das ditas questões. Nasce, afinal, de interesses específicos de pessoas ou equipas e deverá buscar os seus financiamentos nos organismos públicos de ensino e investigação, o seu objectivo (óbvio) pode definir-se como o delinear de uma problemática e o esboço de estratégias práticas para obter respostas para a mesma; a finalidade é, naturalmente, a de conhecer algo sobre o passado humano. De um ponto de vista prático, trata-se de uma realidade gerada e gerida pelos investigadores, à qual os organismos públicos poderão dar diversas respostas, entre as quais a liminar negação de pertinência ou oportunidade ou, mais prosaicamente, de incapacidade financeira para o sustentar, independentemente da relevância do programa apresentado. (Fabião, 2006: 32)

Universidades e empresas, aparentemente encontram-se em campos antagónicos, ou seja, frequentemente as empresas são acusadas, por força dos mercados, de se limitarem a produzir longas listas de relatórios que engrossam os arquivos do IGESPPAR, cingindo-se a alimentar a denominada “conservação pelo registo”. Efectivamente registar todo o processo de uma escavação, sem que de seguida se proceda a uma análise crítica sobre os resultados extraídos, pouco ou nada contribui para o debate científico, a não ser o de deixar as consciências tranquilas que se procedeu correctamente ao arquivo para memória futura.

Também é certo que são pouco notórios os efectivos contributos para o conhecimento do passado. Gerados por todo esse imenso investimento em “conservação pelo registo”. Este é um dos grandes e graves problemas da moderna arqueologia e, provavelmente, mais uma forte razão para a interacção entre universidades e empresas. (Fabião, 2006:37)

Este começa a ser um ponto de viragem, algumas empresas começam a ter em conta a necessidade de proceder a publicações onde sejam divulgados os resultados das diversas intervenções que realizaram. Exemplos disso, são algumas empresas, destacando-se sobretudo o caso da empresa “ERA, Arqueologia” que tem uma revista de divulgação na qual os seus técnicos têm possibilidade de produzirem artigos de cariz científico. Mas não só, também a “DRYAS” e a “Arqueohoje” propõe diversas formas de publicação e investigação para os seus colaboradores, o exemplo mais interessante, partindo de recursos limitados, são os dois sócios da “Palimpsesto” que se envolveram num projecto científico (mestrado), funcionando a empresa como uma mecenas para ambos.

A grande crítica que se faz ao ensino universitário é o facto de se encontrar desfasado das necessidades do mercado, quer seja para um técnico actuar como elemento activo numa empresa, quer seja, para trabalhar numa autarquia numa acção de forte participação nos mecanismos que os municípios tem para planificar o seu futuro, como por exemplo, a integração numa equipa de PDM

Na realidade esta é uma crítica dura mas realista, as universidades portuguesas continuam a preparar os seus jovens estudantes numa óptica de futuros investigadores, sem compreenderem o enorme leque de actividades que os diversos serviços do estado lhes proporcionam.

Contudo, assistimos a uma aproximação de ambas identidades no sentido de encontrar um caminho de convergência, sinal disso, são as tentativas de organização de estágios profissionais para os recém licenciados.

Assim parece-me claro que não existe uma oposição de fundo entre estas duas arqueologias: ambas perseguem um mesmo objectivo; ambas deverão ser conduzidas por profissionais competentes (isto é, ambas mobilizam arqueólogos); ambas deverão desembocar num acréscimo dos conhecimentos sobre o passado. As diferenças situam-se no fundo, na capacidade de escolha e decisão que os arqueólogos poderão ter (ou não); bem como na entidade que deverá pagar directamente os custos das operações. Por outras palavras, as diferenças são da ordem do detalhe (Fabião, 2006:33)

2.2.3 – A Arqueologia Contratual ou Empresarial

Se houve sector que se desenvolveu de forma extraordinária nos últimos 10 anos, foi sem dúvida a arqueologia empresarial, competindo no mercado com um profissionalismo extraordinário.

O que a define, são as necessidades de mercado, ou seja, o processo que desencadeia a intervenção arqueológica, não está relacionado com um projecto de investigação de cariz universitário, nem tão pouco um projecto a longo prazo de valorização, protecção e salvaguarda, como por exemplo o Campo Arqueológico de Mértola. A intervenção é desencadeada pela necessidade de proceder ao registo arqueológico porque se prevê uma interferência destrutiva para uma determinada zona.

A arqueologia de emergência (ou de contrato) – estes dois conceitos confundem-se, por vezes, o que nem será totalmente errado – resulta de imposições ou determinações sociais externas às interrogações científicas concretas. Uma vez que os arqueólogos conseguiram consciencializar a sociedade para os enormes custos de qualquer obra de grande envergadura para os vestígios materiais do passado, conservados no subsolo, a mesma sociedade aceita suportar os custos da conservação pelo registo dos vestígios das vivências passadas que deverão ser sacrificados ao bem estar actual. No fundo, são essas necessidades das sociedades contemporâneas que determinam o que, como, quando e de que modo deverá ser estudado. Ao arqueólogo competirá somente avaliar a “terapêutica” adequada ao caso e garantir a sua boa aplicação. O objectivo é igualmente óbvio e pode resumir-se ao interesse e desejo de registar e recuperar informação sobre o passado humano, que deverá desaparecer na sequência de uma obra. a sociedade (em geral) ceita pagar os custos inerente a tal operação e resgate de memória. (Fabião, 2006:32)

Efectivamente a afirmação da arqueologia empresarial foi de tal maneira rápida e importante que levou a uma especialização das empresas, neste momento já é possível encontrar empresas, que para além do processo arqueológico de escavação ou acompanhamento, já oferecem outros serviços, como por exemplo, trabalhos no âmbito da musealização e divulgação do património

Neste domínio as realidades têm sucedido por necessidade de melhoria de oferta do mercado, ora vejamos, em primeiro lugar passamos a ter uma regulamentação dos trabalhos arqueológicos que implicam medidas rígidas e claras no âmbito do salvamento. A aplicação das mesmas obriga à contratação de serviços muito específicos,

como são os trabalhos de arqueologia. Por sua vez, a entidade contratante necessita de meios que impeçam de ser enganada e ao mesmo tempo lhe assegurem que os trabalhos vão ser cumpridos, neste contexto surgem os cadernos de encargos de arqueologia, que não são mais do que um instrumento de trabalho orientador para contratantes e contratados

“ Enquanto um serviço necessário, decorrente de condicionantes impostas a terceiros pela Administração Pública competente, nas situações previstas da lei, as actividades de “arqueologia preventiva” são objecto de relações contratuais entre entidades prestadoras desses serviços (empresas de arqueologia) e as entidades que deles necessitam. Correspondendo normalmente tais serviços, ainda que não obrigatoriamente, a condicionantes ou exigências impostas pelo serviço competente da Administração Pública, esta acaba, por interferir, ainda que de forma indirecta, na definição do objecto daqueles contratos e no estabelecimento das respectivas clausulas técnicas. O “Caderno de encargos” instrumento de referência essencial para o procedimento de selecção entre propostas concorrenciais e, posteriormente, para a fixação das clausulas contratuais a que a prestação de serviços deverá obedecer, deveria idealmente reflectir o “ máximo denominador comum possível”, entre uma trindade de interesses, que normalmente serão pouco coincidentes: a tutela, fazendo uma interpretação tão abrangente e formalista quanto possível das obrigações legais em causa; o contratante dos serviços, procurando, no mercado a proposta mais conveniente, ou seja, aquela que lhe garanta maior eficácia e menor custo possível na “resolução” das condicionantes impostas pelas tutelas aos seus projectos, por fim o prestador de serviço arqueológico, enquanto intermediário a quem resta tentar resolver, em termos de proposta, essa missão quase impossível, de com o menor custo dar resposta ás exigências técnicas das “condicionantes” impostas ao cliente, garantindo ainda a indispensável margem de lucro que dê sustentabilidade ao “negócio” (Silva;2008:9)

A arqueologia empresarial emprega a maioria dos profissionais da área e continua a ser o motor do desenvolvimento da arqueologia nacional, quanto mais específico se torna, mais obriga o estado a encontrar caminhos que garantam uma fiscalização mais eficaz.

3. Arqueologia Preventiva: modelo ou modelos de prática arqueológica?

Como tivemos oportunidade de ver no capítulo anterior a arqueologia nacional sofreu um processo de profissionalização extraordinário devido a dois factores muito importantes, em primeiro lugar a definição por normas e decretos de lei, que levaram a uma eficiente regulamentação da prática arqueológica. Em segundo lugar houve um período rico em investimentos, que proporcionou as condições ideais para o florescimento de empresas e da consolidação do trabalhador liberal de arqueologia.

A especialização de várias áreas em arqueologia e a diversidade de trabalhos levou à consolidação da arqueologia preventiva, também denominada de arqueologia de salvamento.

É certo que a “Arqueologia de Salvamento” hoje também chamada “preventiva” – é uma vertente da actividade arqueológica de campo ainda relativamente jovem, fortemente condicionada pelas grandes transformações materiais do território e da paisagem decorrentes da aceleração do desenvolvimento sócio-económico das últimas décadas do séc. XX.(Silva, 2003:66)

Efectivamente a importância deste sector da arqueologia foi de tal maneira relevante, que o próprio IGESPAR criou uma Divisão com o propósito de fiscalizar apenas os trabalhos de arqueologia preventiva.

À “Divisão de Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento” compete entre outras acções, no âmbito do Departamento de Salvaguarda, “Estudar e propor a definição de normas a que deve obedecer o impacte arqueológico de obras, públicas ou privadas, em meio terrestre ou subaquático, que envolvam remoção ou revolvimento substancial de terras;” (...) e de “propor a autorização, fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização dos trabalhos arqueológicos e aprovar os respectivos relatório;” (alíneas t) e a) da Portaria nº376/2007, de 30 de Março – Estatutos do IGESPAR,). Neste sentido e no quadro da gestão pública da actividade arqueológica, importa destacar, dos trabalhos arqueológicos realizados em Portugal continental, e acompanhados pelas dez Extensões Territoriais do IGESPAR, IP (Minho e Douro Litoral, Trás-os-Montes, Beira Interior, Viseu, Pombal, Torres Novas, Lisboa, Crato, Castro Verde e Algarve), aqueles que, por relevância científica e patrimonial ou decorrentes do acompanhamento de procedimentos de avaliação de impacte ambiental ou de instrumentos de gestão territorial, justificam a sua divulgação (Site IGESPAR)

Como área de intervenção por excelência, com a relevância já demonstrada é legítimo perguntar o que caracteriza a Arqueologia Preventiva.

3.1 O que é a Arqueologia Preventiva?

Antes de descrevermos minuciosamente o que entendemos por arqueologia preventiva, consideramos ser de importância vital referir um aspecto fundamental que esteve certamente na génese deste processo de desenvolvimento da disciplina de arqueologia. A publicação e assinatura da Carta Internacional de Veneza (1964) relativa à Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, fez com que paulatinamente muitos comportamentos se fossem modificando, levando a uma consciencialização da necessidade do trabalho de equipa entre arquitectos, engenheiros e arqueólogos.

Ainda no âmbito da influência externa, que teve eco na forma de actuar por parte dos profissionais portugueses foi a subscrição por Portugal da Carta de Malta, outra Convenção Internacional assinada em 1992 em La Valleta. (Lemos, 2006:15)

Efectivamente a arqueologia deixa de ser encarada apenas como a disciplina de resgate e interpretação do objecto, para dar lugar á disciplina de interpretação de contextos do passado onde o património construído tinha tanta importância como os pequenos fragmentos de cerâmica, osso, vidro metal deixados pela passagem do homem. (Silva, 2003).

A arqueologia preventiva consubstancia-se, portanto, como uma nova fase dentro da gestão do património, visa sobretudo, a partir de um conjunto de acções destinadas a conhecer por análise de diagnóstico, avaliar e minimizar impactos negativos sobre o património em risco.

De acuerdo con Martínez Díaz (2007), hay que definir esta nueva fase de la gestión arqueológica, la Arqueología Preventiva (APRE), como o conjunto de actividades destinadas a evitar o a minimizar el daño de la obra pública o privada en el patrimonio arqueológico. Son actuaciones puramente administrativas en principio, pero en las que también están implicadas empresas (constructoras y arqueológicas) y, por supuesto, debe estar involucrada toda la sociedad, destinataria al fin de este esfuerzo; su historia prácticamente comienza ahora y tanto su presente como su futuro se apoyan, qué duda cabe, en la experiencia adquirida durante la etapa anterior. (Querol, 2010:214)

A arqueologia preventiva, tem como principal missão que o processo de escavação se concretize apenas em último recurso, apenas quando se esgotaram todas as outras

possibilidades de diagnóstico ou de propostas alternativas. Os sítios arqueológicos são limitados, podem-se esgotar. O primeiro passo para a sua protecção é a consciencialização por parte das populações e dos intervenientes que pretendem agir sobre o subsolo, que se pode estar sempre perante um sítio arqueológico único

En definitiva, lo que pretende la nueva APRE es defender la conservación frente a la intervención, la integración del patrimonio arqueológico frente a la “liberación de solares”, todo ello con la finalidad de permitir que los restos del pasado tengan un futuro o al revés, que el futuro pueda gozar de un pasado. Nuestra única opción es la de poder decidir qué hacer con un yacimiento arqueológico antes de que la obra imponga su desmantelamiento o destrucción. Así le daremos la vuelta al centro de decisión y la supervivencia del patrimonio arqueológico no dependerá de las empresas de construcción o de los planes urbanísticos, sino de los lugares en los que se gestiona este singular tipo de patrimonio (Martínez Díaz, 2007) (Querol, 2010:216)

Os agentes que aplicam as medidas de minimização arqueológicas ou condicionantes arqueológicas, se se preferir, são sobretudo os órgãos do estado IGESPAR e DRC, e as Câmaras quando os executivos entendem que o técnico superior de arqueologia deve ter competências neste âmbito.

Faço aqui uma ressalva, que considero muito importante, nem sempre a falta de participação do arqueólogo municipal neste tipo de intervenção se faz exclusivamente por culpa dos executivos. Infelizmente, alguns arqueólogos continuam presos a uma linha de actuação que se limita à esfera do campo de investigação científica. Não compreendem as novas áreas de procedimento e consideram que o arqueólogo perde as suas competências ao ter um desempenho principalmente ao nível técnico.

São sobretudo os mais jovens que estão mais abertos a este tipo de actuação, pertencem a uma nova geração que começa a trabalhar com as empresas logo no período de formação universitário, para adquirirem prática arqueológica, não se importam de receber pouco, ou até mesmo nada. Por contactarem desde muito cedo com procedimentos técnicos e com exigências de cadernos de encargos, tem uma atitude pró-activa relativamente às novas áreas de actuação da arqueologia.

En el momento actual de nuestra historia, la Arqueología ha dejado de ser un reducto de la investigación universitaria y se ha convertido en un amplio campo en el que, al menos, es posible distinguir tres grupos de persona: quienes la enseñan, quienes la gestionan y quienes la platican. Los tres interesan a la nueva APRE, que en primer lugar tiene que ser “enseñada” en las universidades, luego

ha de ser “gestionada” en las administraciones responsables y por fin ha de ser “practicada” por los equipos de Arqueología, sean empresas, autónomas/os o grupos de investigación académica (Querol, 2010:222)

A arqueologia preventiva, age principalmente ao nível do planeamento definindo e criando zonas de protecção, com condicionantes que podem implicar simplesmente acompanhamento arqueológico, ou escavações de diagnóstico prévias.

A base de trabalho é a elaboração de Cartas Arqueológicas e de Cartas de Risco para o subsolo urbano. É com base neste dois instrumentos de trabalho, que a acção de salvaguarda se inicia. Primeiro conhece-se, depois protege-se!

Apesar da lei obrigar os municípios a realizar as cartas arqueológicas, na maior parte das vezes, limitam-se a produzir trabalhos de inventário a partir dos sítios já referenciados, sem que se execute um verdadeiro trabalho de campo. Para além de grandes lacunas, estas cartas arqueológicas e de risco são pouco eficientes na hora da decisão. Lamentavelmente os organismos do estado que tutelam a actividade arqueológica limitam-se a validar estes registos, sem os obrigarem a produzir verdadeiro trabalho de salvaguarda.

Ainda que a actividade empresarial em arqueologia se estenda, hoje, a outras áreas, a esmagadora maioria do negócio está concentrada na “arqueologia preventiva”, nomeadamente, nas cações associadas aos processos de “AIA” (Avaliação de Impacte Ambiental) ou nas medidas de salvaguarda decorrentes de pareceres sobre obras ou projectos em zonas de protecção de imóveis classificados ou áreas com condicionantes arqueológicas decorrentes de instrumentos de planeamento (PGUs, PDms, etc...). Infelizmente, em ambos os casos, o quadro legal é geralmente considerado insuficiente ou demasiado generalista, deixando excessiva margem para alguma interpretação mais ou menos subjectiva, quer das entidades da tutela, quer mesmo dos promotores e empresas de arqueologia, o que acaba por se reflectir inevitavelmente nalguma discrepância de critérios, inquinando, por vezes, as regras do suposto jogo concorrencial. (Silva, 2008:17)

Para alguns autores uma das consequências directas do desenvolvimento sentido com a afirmação da arqueologia preventiva foi a consolidação da arqueologia urbana, sem a existência da primeira, a segunda não existiria.

3.2 Arqueologia Urbana

A Arqueologia Urbana (Temiño, 2004) constitui um dos modelos que mais se desenvolveu, na última década, fruto de vários factores. De forma breve enunciámos os principais elementos que contribuíram para esse melhoramento, a produção de legislação com cariz profundamente protector do património arqueológico, partindo do princípio do poluidor – pagador, os pequenos intervenientes privados passaram a ser responsabilizados pela promoção dos trabalhos de salvaguarda. Esta medida implicou necessariamente que fossem tomadas medidas de salvaguarda por parte das entidades oficiais (estado central, regional e local) em simultâneo obrigava a arqueologia a sair da esfera protegida em que se encontrava até esse momento, abrindo-se ao mundo empresarial.

“ Arqueologia Urbana nacional conheceria então várias formas de actuar muito diferentes entre si. Um dos primeiros núcleos a ser criado foi o Campo Arqueológico de Braga, baseado num consórcio entre a Câmara e Universidade do Minho, mantêm-se ainda hoje como o único modelo de parceria.

“Exemplo disso foi a criação do Campo Arqueológico de Braga pelo I Governo Constitucional presidido por Mário Soares. Efectivamente as medidas decididas em 1976 permitiram salvar da destruição anunciada a cidade de *Bracara Augusta*. Mas não foi só em Braga que a segunda metade da década de 70 marca o início da arqueologia urbana em Portugal. Há que assinalar outras datas: em 1974 a criação do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, que tinha como um dos seus objectivos o estudo da história da cidade; em 1976 acções de Arqueologia em meio urbano na cidade de Almada (Ramalha), associados ao Centro de Arqueologia de Almada, fundado em 1972; em 1978 o lançamento; em 1978 o lançamento do Campo Arqueológico de Mértola; em 1979 as primeiras escavações e salvamento em Setúbal, *Caetobriga* (Travessa Frei Gaspar), sendo descoberto um conjunto de cetárias (Silva et alii 1985); e em 1979 o início do estudo arqueológico de Silves, a mais importante cidade islâmica do Algarve (Gomes e Gomes, 1985). Ao longo da década de 80, quer por imposição da tutela governamental, quer por se começarem a esboçar os primeiros ensaios de recuperação de Centros Históricos, em Lisboa e no Porto, a Arqueologia Urbana generaliza-se, numa vaga imparável” (Lemos, 2008:67)

Posteriormente surgiram outros Gabinetes de Arqueologia Urbana Municipal com características muito próprias, de salientar o caso do Porto nos finais da década de 80, que se tornou uma referência de excelência para todos os outros gabinetes de arqueologia.

O carácter pioneiro que a equipa do Porto foi o facto de controlarem o processo da intervenção arqueológica privada, ou seja, a Câmara através dos seus regulamentos

internos permitia que para as obras privadas, o Gabinete surgisse como o mediador entre as partes interessadas, realizando Cadernos de Encargos que garantiam uma metodologia uniforme aplicada a todas as intervenções no município portuense, independentemente de se tratarem de trabalhos arqueológicos de iniciativa privada, pública ou integrados em projectos de investigação sob a tutela da universidade.

“Uma das características mais particulares da intervenção municipal na arqueologia de salvaguarda que tem lugar na cidade do Porto é, desde há mais de uma década, o condicionamento de quase todos os trabalhos ao enquadramento normativo de um “caderno de encargos” de arqueologia, elaborado pelos técnicos da Autarquia e disponibilizado aos promotores e projectistas com carácter vinculativo.” (Silva, 2008:19)

Posteriormente, muitos municípios passariam a incluir nos seus serviços um técnico de arqueologia, evoluindo alguns para verdadeiros Gabinetes com equipas constituídas. O maior investimento fez-se sobretudo no Sul do país, actualmente já são mais as autarquias que dispõem de técnico de arqueologia do que as que não tem. A região do Algarve é um dos casos que representa bem a forma como os trabalhos de arqueologia forma interiorizados pelos executivos, todas as cidades (Tavira, Faro, Silves, Portimão e Lagos) possuem gabinetes de arqueologia (Lemos, 2008: 68).

Sobre a Câmara de Lagos (Morán, 2010) merece que se destaque pelo facto de juntamente com a Câmara de Beja (Ricardo, 2011), serem as únicas onde os arqueólogos estão integrados em departamentos de obras, longe dos serviços de cultura ou de estruturas museológicas.

3.3 Arqueologia em Meio Rural

O território rural surge aos nossos olhos como um espaço cumulativamente “contentor” do imenso património escondido na terra. Contrariamente ao espaço urbano, o qual, com a passagem do tempo esteve em constante mutação pela permanente reocupação do espaço citadino, o espaço rural conserva o seu património escondido mas em melhores condições de conservação

Pela distância, pelo isolamento, os vestígios arqueológicos no mundo rural ficam mais expostos à destruição. Queremos deixar bem claro que ao referirmo-nos a arqueologia

no meio rural, não queremos criar uma nova tipologia, antes pelo contrário, queremos salientar a importância do território para valorizar os vestígios arqueológicos. Como bem sabemos, o que define um determinado vestígio material como arqueológico não é o lugar em que se encontra no acto da descoberta, independentemente de se tratar de solo urbano ou no subsolo de um terreno agrícola, ou ainda se quisermos, em contexto subaquático. O que lhe confere o valor patrimonial é a capacidade de proporcionar informação útil para a construção de teorias ou modelos interpretativos sobre determinados aspectos do passado histórico.

A prática arqueológica obedece sempre às mesmas regras de investigação, ou através do processo de escavação a partir do qual se obtém informação fidedigna partindo da interpretação dos estratos e da cultura material afecta a cada um dos níveis. Ou através da prospecção arqueológica, método de inventariação e geoposicionamento de vestígios arqueológicos cujos materiais são visíveis à superfície.

No caso concreto que estamos a tratar, o desenvolvimento da arqueologia rural deve-se sobretudo aos muitos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) inerentes aos grandes projectos que se fizeram sentir nos últimos anos em Portugal, como por exemplo a barragem do Alqueva e todo o processo de transvazes de água para barragens secundárias, outros casos igualmente conhecidos são os EIA do TGV, do Aeroporto, etc.

A grande diferença entre a realidade rural e a urbana é o facto das intervenções respeitarem e se limitarem escrupulosamente às condicionantes aplicadas. Enquanto em contexto urbano, normalmente se consegue obter mais informação arqueológica na medida em que é necessário expandir as medidas preventivas para melhor se definir e interpretar os resultados, no mundo rural essa situação raramente se coloca.

“Com efeito, a arqueologia d prevenção ou emergência, repartida entre a avaliação de impactes patrimoniais dos grandes projectos, o acompanhamento sumário de obras e as escavações de salvamento, está cada vez mais refém da lógica da “arqueologia de contrato”, uma nova e importante área de trabalho desenvolvida na última década face às oportunidades decorrentes da implementação da política de validação dos impactes ambientais mais excessivamente sujeita ao espartilho da lógica empresarial do lucro. Começa a ser demasiado comum e deprimente observarmos o contra-senso da afectação de importantes recursos a acções de registo ou de investigação de sítios ou estruturas

demasiado fragmentárias e quase insignificantes, porque situadas no “corredor” ou na parcela em que a lei impõe restrições ou obrigações, e ficarmos absolutamente impotentes, por falhas graves de informação ou por absoluta falta de meios, perante situações vizinhas de silenciosa destruição ou progressiva erosão de sítios ou estruturas de elevado potencial científico.” (Silva, 2004:41)

Efectivamente é nesta precariedade dos resultados, que se verificam sobretudo no meio rural, que a arqueologia preventiva salienta o seu maior problema. Ao não ter por base um projecto científico bem estruturado, com uma perspectiva de longo prazo, mas apenas a salvaguarda da informação através do registo, ficamos com amostras cirúrgicas de intervenções feitas na terra, conscientes da importância dos sítios, conscientes do potencial informativo que temos perante nós, mas absolutamente impotentes porque simplesmente a nível financeiro não existe viabilidade.

Por outro lado, é no mundo rural que melhor verificamos o lado do reverso das políticas preventivas ou de salvaguarda, ou seja, a partir do momento em que se procedeu à sua avaliação e diagnóstico, pode-se contemplar a sua destruição (nas situações em que o valor patrimonial o permite) porque se procedeu ao seu registo para memória futura.

Podemos ainda verificar outra situação, em nome dos interesses económicos, prometem-se medidas de protecção que não sabemos se irão resultar, contudo o facto dessa possibilidade existir não é impeditiva da sua alienação. Por exemplo, no âmbito da construção da Barragem do Alqueva um dos sítios mais importantes o Castelo da Lousa da época romana ficou submerso, apesar das medidas de protecção que foram aplicadas, ninguém sabe se irão funcionar

“Com o Alqueva tornado real, tornava-se também irreversível o processo de submersão dos lugares, dos sítios e das memórias das gentes que por aqui habitam [...] Com a conclusão dos trabalhos de salvamento arqueológico, estavam finalmente reunidas as condições para ter uma visão de conjunto e proceder a uma avaliação mais concreta das necessidades no domínio da preservação e salvaguarda, que se equaciona ora *in situ* ora através de outras soluções. Tornava-se também evidente que tal como o Castelo da Lousa [...] ou o carismático Cromeleque do Xerez [...], outros importantes sítios arqueológicos entretanto conhecidos teriam o idêntico destino da submersão. Haveria pois que definir medidas específicas de protecção e salvaguarda de sítios e monumentos por forma a fazer face aos efeitos negativos do processo de inundação.” (Lança, 2002:67)

3.4 Património Arqueológico o seu valor e uso

A arqueologia preventiva fica incompleta se não se lhe atribuir a importância do património que está a salvar. Os arqueosítios são, como já dissemos várias vezes, únicos e inimitáveis, quando a sua destruição ocorre a sua reposição é impossível.

O valor informativo é exactamente aquele a que atribuímos maior importância, é a partir do processo de desconstrução e análise dos vários estratos do passado que obtemos a verdade do momento em que aquele objecto, casa, corpo, foi abandonado ou perdido ou ainda intencionalmente escondido.

Mas existem outros valores associados que não podem ser esquecidos, o valor económico, não o valor das peças em si, mas o valor do sítio como espaço reutilizável e portanto rentável por outro lado pode equacionar a possibilidade de ter também um valor estético, que pode eventualmente potenciar o valor económico. (Ballart, 64:2002)

A musealização e a dinamização dos sítios arqueológicos, surgem assim, como uma consequência final da acção da Arqueologia Preventiva. O carácter de divulgação junto do público é uma das principais missões da investigação arqueológica, nem sempre conseguida com sucesso.

A motivação da apresentação de um sítios arqueológico pode depender de vários factores, em principio na base estarão certamente os critérios científicos, o valor patrimonial e monumental que o espaço contempla, mas nem sempre isso acontece, eventualmente podem sobrepor-se razões de ordem política. Por isso, o início dum projecto deve ter sempre uma base consensual, na qual convirjam os vários interesses, científicos, conservação do património, divulgação e interesses económicos.

“Algumas intervenções de valorização procuram ir mais além de uma simples apresentação de patrimónios, obedecendo a uma estratégia relativamente simples: prévia garantia de propriedade pública dos terrenos, incremento da investigação de base, protecção física de uma área delimitada com acesso condicionado, investimento na conservação estrutural e na manutenção das ruínas, construção de edifícios (com

projectos “de autor”) para recepção e apoio aos visitantes, gestão sustentável das intervenções”. (Parreira, 2010:356)

Não nos podemos esquecer que a filosofia que está na base da apresentação dos sítios arqueológicos obedece a uma carga simbólica uma vez que representam a recuperação da memória histórica dum povo. Esta encenação sai valorizada com o bom estado de conservação que o sítio apresentar transformando-se num dos pontos mais importantes e mais atraentes, veja-se por exemplo o Templo de Évora

Neste contexto integramos também os Parques arqueológicos, veja-se o exemplo do Parque Arqueológico de Foz Côa, cujo tema mobiliza muitas pessoas. Na realidade encontra-se num local de difícil acesso, ainda assim o interesse pelo tema mantém-se.

Um parque arqueológico por definição, é uma zona territorial mais ampla, na qual se encontram vários vestígios *in situ*, de valor bastante relevante a nível científico, pode-se classificar a zona delimitada de reserva arqueológica, cujas intervenções são escolhidas em função de dois factores primordiais nas práticas do património, a investigação e a conservação. (Hernández,2002 :425)

A animação destes locais normalmente contempla recriações históricas, baseadas nas correntes da arqueologia experimental e na etnoarqueologia, em Portugal é normal este tipo de animação, no sítio arqueológico de Alcalar, Algarve, é normal este tipo de actividade no Verão.

A Arqueologia Preventiva, configura-se como um novo modelo de prática arqueológica, tem vindo paulatinamente a afirmar-se como a área de intervenção de eleição, tendo em conta que a prática arqueológica está actualmente confinada a medidas de salvaguarda.

Na realidade a Arqueologia Preventiva tem por base vários modelos nos quais se inspira, mas tem também um lado menos positivo que se manifesta sobretudo na prática arqueológica em meio rural, o facto de a informação ficar incompleta por contingências impostas pelos interesses dos promotores, limitando a intervenção estritamente às áreas indispensáveis para a prossecução do projecto.

Podemos sempre contrapor este argumento com um outro, se não fosse pela necessidade da intervenção, jamais se acederia à informação que se obteve através da escavação das áreas condicionadas. Na verdade estamos ainda muito longe de encontrar um modelo que satisfaça ambos os intervenientes, promotores e arqueólogos.

Outro aspecto positivo para o qual a Arqueologia Preventiva contribui é facto de poder participar na valorização e divulgação do património arqueológico, ocupando um papel cimeiro como facilitadora de nova informação. Embora a divulgação e musealização ainda constituam raras excepções, temos o exemplo da exposição “O Lento Despertar – Vinha das Calças”, sobre uma das mais importantes necrópoles da I Idade do Ferro, organizada pela empresa Arqueohoje a pedido da EDIA, promotora da escavação, devido ao excepcional valor patrimonial dos vestígios.

Conclusão

A arqueologia surge no nosso horizonte, como uma das ciências que vivem da memória e, em igual medida, um dos pilares que contribui com grande esforço para a construção da memória.

Partindo do conhecimento do objecto, matéria que o liga a um passado longínquo, parte o arqueólogo para um exercício analítico, classificando e interpretando o artefacto no contexto em que foi encontrado. São as suas conclusões, baseadas na inocência do acto de abandono ou esquecimento do objecto analisado, que contribuem para a compreensão do tempo passado.

A arqueologia é portanto, uma das ciências que contribui para a construção da Memória Colectiva, definida por Halbwachs, como uma memória construída em conjunto dentro do grupo comunitário em que nos inserimos. Essa memória pode ser construída a partir das nossas vivências em comunidade, sendo o primeiro grupo por excelência a família, ou podemos alcançar uma memória histórica cujo testemunho é produzido de forma indirecta.

A ligação à memória esquecida, tem como ponto de contacto a cultura material, cujo encontro com o tempo presente, se faz através do processo de aprendizagem. O conhecimento que nos é transmitido acontece em espaços comuns, como o são os museus. Através dos acervos expostos partimos para um exercício de construção de memória cultural, comum a todos

Mas para que a cultura material possa contribuir como elemento mnemónico, é necessário construir um conjunto de normas que facilitem a preservação das reservas arqueológicas existentes.

É necessário ter sempre presente que o património arqueológico é limitado, logo, a sua preservação para as gerações futuras é essencial, para que também eles possam continuar o processo de construção da memória. Portanto, a conservação dos sítios arqueológicos é essencial para a preservação da identidade das diferentes sociedades.

Olhamos para os sítios arqueológicos como verdadeiros *Loci Memoriae*, voltamos naturalmente ao nosso sítio de referência, as gravuras rupestres de Foz Côa, representam o melhor exemplo de encontro com o passado. Os vales permanecem iguais ao que foram no tempo em que o homem do paleolítico, gravou na rocha a realidade que o rodeava. A sua memória chega até nós permitindo-nos vivenciar a sua realidade.

Para proteger e preservar o passado é necessário desenvolver políticas culturais eficazes que garantam que o homem de hoje protege para o futuro o passado.

A arqueologia preventiva apresenta-se como a grande possibilidade de defesa do património arqueológico, actuando de forma sistemática sempre que existe uma acção desencadeada pelo homem, colocando em causa a preservação de estratos arqueológicos. A sua acção é provocada não pelo desejo de investigar, mas por estrita necessidade de se preservar para memória futura todo o registo do estrato arqueológico destruído.

Entendemos por isso que o mais correcto era apresentar a arqueologia preventiva de forma plural, ou seja, englobando os vários modelos que se encontram na sua génese, a arqueologia de salvamento, a arqueologia urbana à qual está profundamente ligada como tivemos oportunidade de ver e ainda à arqueologia em meio rural, cuja prática apresenta algumas ligeiras diferenças na sua limitação de intervenção.

Ainda que com alguma distância, nem sempre possível de concretizar, cabe igualmente à arqueologia preventiva o papel de divulgação e dinamização do património arqueológico.

Estamos perante modelos, que cada vez mais se apresentam numa forma única com uma missão única, salvar o património arqueológico.

“Porém, sem uma programação cultural que lhes imprima dinâmica no relacionamento com os públicos, na valorização das comunidades e da sociedade e na ligação à contemporaneidade, nem sempre estas intervenções souberam ultrapassar o paradigma da produção da aparência de “um contacto directo”, presencial com o “passado no seu contexto”, correndo o risco de uma banalização destes lugares de memória e da sua perversa conversão em “não-lugares”. (Parreira, 356:2010)

Bibliografia

Alarcão, Jorge , (2000), “Actualidade e Perplexidade da Arqueologia Portuguesa”, *Era .Arqueologia*, 1, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 91- 99

Alarcão, Jorge, (1993-1994), “A arqueologia e o tempo”, *Conimbriga*, 32-33, instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 9-56

Alarcão, Jorge, (2000),”A Dimensão Antropológica da Arqueologia”, *A Escrita Do Tempo E A Sua Verdade (Ensaio de epistemologia da Arqueologia)*, Coimbra: Quarteto, p.13-25

Alarcão, Jorge, (2000), *A Escrita Do Tempo E A Sua Verdade (Ensaio de epistemologia da Arqueologia)*, Coimbra: Quarteto

Alarcão, Jorge , (2004), “Arqueologia da Acção”, *Era .Arqueologia*, 6, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 100- 115

Alarcão, Jorge, (2000), “A Historicidade do Encontro com o Passado” *A Escrita Do Tempo E A Sua Verdade (Ensaio de epistemologia da Arqueologia)*, Coimbra: Quarteto, p.87-118

Alarcão, Jorge, (2000), “Para uma epistemologia da Arqueologia”, *A Escrita Do Tempo E A Sua Verdade (Ensaio de epistemologia da Arqueologia)*, Coimbra: Quarteto, p.47-85

Alarcão, Jorge (1996), *Para Uma Conciliação das Arqueologias*, Porto: Edições Afrontamento.

Alarcão, Jorge, (2000), “Sobre o Discurso Arqueológico” *A Escrita Do Tempo E A Sua Verdade (Ensaio de epistemologia da Arqueologia)*, Coimbra: Quarteto, p.27-45

Almeida, Maria José, (2007), “Inquérito nacional à actividade arqueológica uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas”, *Praxis Archaeologica*, 2, p.129-171 (revista on-line)

Almeida, Maria José, (2008), “O Património arqueológico no contexto da avaliação ambiental estratégica”, *Praxis Archaeologica*, 3, p.161-166 (revista on-line)

Assmann, Aleida (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Canon and Archive”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.97- 108

Assmann, Jan (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Communicative and Cultural Memory”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.109- 118

Bal, Mieke, Crewe, Jonathan, Spitzer, Leo (1999), *Acts of Memory. Cultural recall in the present*, University Press of New England

Ballart, Josep, (2002), *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona: Editorial Ariel

Ballart, Joseph Hernández, Tresseras, Jordi Juan i (2001), *Gestión del patrimonio cultural*, Barcelona: Ariel patrimonio

Barrau, Jacques (1984), “Fóssil”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 Memória –História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

Bennett, Tony, (2003) *The Birth of the Museum*, New York: Routledge

Boer, Pim Den (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Loci memoriae – Lieux de mémoire”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.19-26

Boswell, David, Jessica Evans, (1999), *Representing The nation: Histories, heritage and museums*, London: Routledge

Branco, Gertrudes , (2009), “O Património arqueológico no contexto da avaliação ambiental estratégica”, *Praxis Archaeologica*, 4, p.93-109 (revista on-line)

Bugalhão, Jacinta (2002), “Instituto Português de Arqueologia Em Processo de Extinção”, *Al-Madan*, IIª série, 11, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 45-48

Confino, Alon (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Memory and the History of mentalities”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.77- 84

Correia, Virgílio Hipólito, (2000), “A Ordem dos Arqueólogos: cinco questões”, *Era .Arqueologia*, 2, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 11- 14

Correia, Virgílio Hipólito, (2008), “Conimbriga: oitenta anos de um projecto resultados e perspectivas num momento de charneira”, *Al-Madan*, IIª série, 16, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 71- 81

Connerton, Paul, (2010), *How societies remember*, Cambridge: Cambridge University Press

Erll, Astrid, Nunning Ansgar, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter,

Fabião, Carlos , (2006), “A Universidade e as empresas de arqueologia: vias para uma relação desejável”, *Era .Arqueologia*, 7, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 30- 41

Fabião, Carlos (1989), “Para a história da Arqueologia em Portugal”, Penélope. Fazer e desfazer história, 2, Lisboa: Colibri, p.9-26

Fabião, Carlos , (1999), “ Um século de Arqueologia em Portugal -I ”, *Al-Madan*, IIª série, 8, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 104- 126

Fernandes, Carla Alves, (2001), “A Direcção- Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, *Al-Madan*, IIª série, 10, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 59-69

Fortunati, Vita and Lamberti , Elena (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Cultural Memory: A European Perspective”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.127- 139

Grande, Nuno, (2006), “Museus e Centros de Arte: ícones de urbanidade, instâncias de poder” Semedo, Alice, J. Teixeira Lopes, (coord.), 2006, *Museus Discursos e Representações*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento

Guerra, Amílcar (2001), “O Drama da Fonte do Ídolo e a tragédia da arqueologia urbana”, *Al-Madan*, IIª série, 10, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 20- 22

Guillaume, Marc (2003), *A Política do Património*, Porto: Campo das Letras

Halbwachs, Maurice (1997), *La mémoire collective*, Éditions Albin Michel

Halbwachs, Maurice (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Librairie Alcan

Harth, Dietrich (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “The Invention of Cultural Memory”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.85- 96

Hebel, Udo J.(2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Sites of memory in U.S.- American histories and Cultures”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.47- 60

Hernández Francisca Hernández, (2002), *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón: Ediciones Trea

Hernández Francisca Hernández, (2003), *El Museo como espacio de comunicación*, Gijón: Ediciones Trea

Hetherington, Kevin, (2005) “The utopics of social ordering- Stonehenge as a museum without walls”, Sharon Macdonald and Gordon Fyfe (Edited by), *Theorizing Museums*, The Editorial Board of the sociological Review(1996), Oxford: Blackwell Publishers

Hodder, Ian, (1994), “The contextual analysis of symbolic meanings”, Pearce, Susan (Edited), *Interpreting Objects and Collections*, New York: Routledge, p.12

Hodder, Ian (1994), “Theoretical archaeology: a reactionary view”, Pearce, Susan (Edited), *Interpreting Objects and Collections*, New York: Routledge, p.48-52

Hooper-Greenhill, E. (2000) *Museums and the interpretation of Visual Culture*, Londres e Nova Iorque: Routledge

Isneghi, Mario (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Italian luoghi della memoria”, *Cultural. Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.27-36

Jorge, Vítor Oliveira, (2000), “As empresas de arqueologia vistas por um universitário”, *Era .Arqueologia*, 1, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 10- 13

Jorge, Vítor Oliveira (2005), “O império da ordem e a proliferação dos não-lugares: paradoxos da política do património e, em particular, do arqueológico”, *Vitrinas muito iluminadas*, Porto: Campo das Letras

Jorge, Vítor Oliveira, (2004), “Por uma arqueologia inteligente”, *Era .Arqueologia*, 6, Lisboa: *Era Arqueologia/Colibri*, p. 16- 21

Kubler, George (2004), *A Forma do Tempo. Observações sobre a história dos objectos*, Lisboa: Veja

Lago, Miguel , (2000), “Arqueologia ou Arqueologias? ”, *Era .Arqueologia*, 1, Lisboa: *Era Arqueologia/Colibri*, p. 18- 22

Lança, Maria João (2002), “Acções de Salvaguarda do Património Arqueológico da Albufeira do Alqueva”, *Al-madan* IIª série, nº 11, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p-66-73

Le Goff, Jacques, (1984), “Documento/Monumento”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 Memória –História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.95-106

Le Goff, Jacques, (1984), “História”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 Memória –História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 158-259

Le Goff, Jacques, (1984), “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 Memória –História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.11-50

Le Goff, Jacques, (1984), “Passado/ Presente”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 Memória – História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p 293-310

Lemos, Francisco Sande (2004), “A salvaguarda do património arqueológico em contexto urbano”, *Património e Estudos*, 6, Lisboa, IPPAR, p. 33-40

Lemos, Francisco Sande, (2006), “A lei e a Arqueologia Urbana”, *Praxis Archaeologica*, 1, p.15-21 (revista on-line)

Lemos, Francisco Sande (2008-2009), “Arqueologia Urbana e Poder Autárquico”, *Arqueologia e História*, volume 60-61, Ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 65-71

Lemos, Francisco Sande (1999), “Arqueologia Urbana O estado da Nação no fim do século XX”, *Al-Madan*, IIª série, 8, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 93-96

Lemos, Francisco Sande, (2007), “Memórias do tempo recente...para registo futuro?”, *Al-Madan*, IIª série, 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 106- 109

Lemos, Francisco Sande., (2003), “Ordenamento do Território e Arqueologia”, *Al-Madan*, IIª série, 12, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 109- 114

Lemos, Francisco Sande (1999) “Museus de arqueologia: guetos do passado ou encruzilhadas do futuro”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 17, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses p. 41-50

Lemos, Francisco Sande (2001) “Para a História da Arqueologia Portuguesa Leite Vasconcelos e a a Arqueologia Transmontana”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 19, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses p. 13-28

Lima, Alexandra Cerveira, (2008), “O Parque Arqueológico do Vale do Côa 13 anos depois da sua criação”, *Al-Madan*, IIª série, 16, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 124- 145

Macedo, Sofia, (2001), “Gestão privada de sítios arqueológicos”, *Era .Arqueologia*, 4, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 30- 32

Marcel, Jean-Christophe and Laurent Mucchielli (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “ Maurice Halbwachs’s mémoire collective”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.77- 84

Mattelart, Armand y Érik Neveu (2004) *Introducción a los estudios culturales*, Barcelona: Paidós Comunicación

Merriman, Nick (1991), *Beyond The Glass Case*, Leicester University Press

Pearce, Susan (Edited), (1994), “Behavioural interaction with objects” *Interpreting Objects and Collections*, New York: Routledge

Morán, E, Parreira, Rui (2010), Arqueologia Urbana em Lagos: uma década de actividade, *Xelb*, 10, Câmara Municipal de Silves, p. 1-20

Olick, Jeffrey K.. (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “From Collective memory to the Sociology of Mnemonic practices and products”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.151- 161

Olick, K, Vinitzky-Seroussi & Levy, Daniel (2011), *The Collective Memory Reader*, Oxford University Reader

Parreira, Rui, (2010) , (coord.) Custódio, Jorge “ A conservação e o restauro do património arqueológico imóvel em Portugal”, *100 anos de património memória e identidade*, Lisboa: Igespar, p.353- 357

Parreira, Rui, (2007), “A prática arqueológica Enquanto Gestão Patrimonial: os últimos 25 anos”, *Al-Madan*, IIª série, 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 98-100

Pearce, Susan (Edited), (1994), “Museum Objects”, *Interpreting Objctcs and Collections*, New York: Routledge, p. 9-11

Pearce, Susan (Edited), (1994), “Objects as meaning; or narrating the past”, *Interpreting Objctcs and Collections*, New York: Routledge, p.19-29

Pereira, Paulo (2010) (coord.) Custódio, Jorge “Sob o signo de Sísifo, Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010”, *100 anos de património memória e identidade*, Lisboa: Igespar, p.261-280

Pomian, Krysstof, (1984), “Colecção”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 Memória –História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.51-86

Querol, Maria Ángeles, (2010) *Manual de Gestión del Patrimonio Cultural*, Madrid: Akal

Raposo, Jorge, (2001), “Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal”, *Al-Madan*, IIª série, 10, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 100- 104

Raposo, Luís, (2010) , (coord.) Custódio, Jorge “1926 a 1936: a instalação da “ordem nova” e a arqueologia portuguesa ”, *100 anos de património memória e identidade*, Lisboa: Igespar, p.201-204

Raposo, Luís, (2010) , (coord.) Custódio, Jorge “As origens da arqueologia científica portuguesa no séc.XIX”, *100 anos de património memória e identidade*, Lisboa: Igespar, p.47-62

Raposo, Luís, (1999), “Associação dos Arqueólogos Portugueses, a herança de Possidónio”, *Al-Madan*, IIª série, 8, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 157-160

Raposo, Luís, (2010) , (coord.) Custódio, Jorge “Arqueologia e Impactes ambientais: o beijo da aranha”, *100 anos de património memória e identidade*, Lisboa: Igespar, p.364-367

Raposo, Luís, (1999), “ Arqueologia e Museus em Portugal desde finais do século XIX”, *Al-Madan*, IIª série, 8, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 169- 176

Real, Fernando, Branco, Gertrudes , (2009), “Critérios para quantificar o valor do património arqueológico”, *Praxis Archaeologica*, 4, p.15-19 (revista on-line)

Rider, Jacques Le (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Mitteleuropa as a lieu de mémoire”, *Cultural. Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.37- 46

Ricardo, Isabel (2011), “Novas perspectivas para uma política de salvaguarda do património arqueológico: o caso de Beja”, *Actas do encontro Arqueologia e Autarquias*, Câmara Municipal de Cascais , p.201-214

Silva, Raquel Henriques da Silva,(2006) “O(s) discurso(s) dos museus de arte: da celebração aurática e da sua questionação”, Semedo, Alice, J. Teixeira Lopes, (coord.), *Museus Discursos e Representações*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento

Silva, António Carlos (2004), “A salvaguarda do património arqueológico em meio rural”, *Património e Estudos*, 6, Lisboa, IPPAR, p. 41-49

Silva, António Carlos (2007), “Al-Madan: uma testemunha independente do “processo em curso” da Arqueologia portuguesa”, *Al-Madan*, IIª série, 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 94- 96

Silva, António Carlos, (2008), “ Arqueologia empresarial: questões legais a montante dos Cadernos de encargos”, *Era .Arqueologia*, 8, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 14- 18

Silva, António Carlos, (2003), “A Arqueologia na Casa dos Espelhos”, *Era .Arqueologia*, 5, Lisboa: *Era Arqueologia/Colibri*, p. 8- 13

Silva, António Carlos, (1999), “Arqueologia Portuguesa no século XX, um testemunho muito pessoal”, *Al-Madan*, IIª série, 8, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 133- 137

Silva, António Carlos, (2003), “Arqueologia de Salvamento “amostragem mínima obrigatória” ou direito á livre escolha”?, *Al-Madan*, IIª série, 12, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 65- 69

Silva, António Carlos (2008) “ O Museu Nacional de Arqueologia e a salvaguarda do património arqueológico. Algumas reflexões, tendo como fundo a actuação do museu aquando da descoberta da Gruta do Escoural”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 26, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses p. 299-344

Silva, António Manuel S.P., (2007), “A Al-Madan crónica da Arqueologia portuguesa nos últimos 25 anos...”, *Al-Madan*, IIª série, 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 13- 14

Silva, António Manuel S.P., (2005), “A Arqueologia –Modo-de-Vida, é ainda Investigação”, *Al-Madan*, IIª série, 13, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 17- 19

Silva, António Manuel S.P., (2008), “A Arqueologia passou de moda”, *Al-Madan*, IIª série, 16, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 17- 19

Silva, António Manuel S.P., (2006), “Entre o Acaso e a Necessidade da insustentável leveza da Arqueologia no Orçamento do Estado”, *Al-Madan*, IIª série, 14, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 15- 17

Silva, António Manuel S. P., (2008), “Os “cadernos de Encargos” e a Arqueologia de salvaguarda na cidade do Porto”, *Era .Arqueologia*, 8; Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 30- 41

Silva, António Manuel S. P., (2000), “Uma Ordem dos Arqueólogos? 8conceitos, razões e reflexões) ,*Era .Arqueologia*, 2, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 15- 20

Silva, Raquel Henriques da, “Museus de Arte: Podem os templos ser Forum?” *Boletim Trimestral*, Rede Portuguesa de Museus

Simpson, Moira (2006), “Um Mundo de Museus: Novos Conceitos, Novos Modelos”, António Pinto Ribeiro (coord.), *O Estado do Mundo*, Fundação Calouste Gulbenkian e Temas e Debates

Semedo, Alice, J. Teixeira Lopes, (coord.), 2006, *Museus Discursos e Representações*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento

Temíño, Ignacio Rodríguez, (2004), *Arqueología urbana en España*, Barcelona: Editorial Ariel

Tilley, Christopher (1994),” Interpreting material culture”, Pearce, Susan (Edited), , *Interpreting Objects and Collections*, New York: Routledge, p.67-75

Trigger, Bruce G. (2004), *História do Pensamento Arqueológico*, Brasil: Odysseus Editora Limitada

Valera, António Carlos., (2007), “Arqueologia Empresarial e Produção de Conhecimento uma análise crítica da situação portuguesa”, *Al-Madan*, IIª série, 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 75- 82

Valera, António Carlos, (2008), “Minimizar em Arqueologia um novo rumo”, *Al-Madan*, IIª série, 16, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 59- 64

Zilhão, João , (2000), “Algumas reflexões sobre a arqueologia como actividade empresarial”, *Era .Arqueologia*, 1, Lisboa: Era Arqueologia/Colibri, p. 6- 9

Yourcenar, Marguerite, *O Tempo esse grande escultor*, 1983, Lisboa: Difel

Winter, Jay (2008) Ed. Erll, Astrid, Nunning Ansgar, “Sites of Memory and the Shadow of War”, *Cultural. Memory Studies. An Internacional and Interdisciplinary Handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, p.61- 75